

PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XI N.º 117 — SÃO PAULO, MAIO DE 1967

— REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248



Salazar na Suécia

Diariamente, em Estocolmo, o público que esgota a lotação do Teatro Skala aplaude de pé a cena que a imagem acima reproduz. O austero e seráfico ditador português é um dos bailarinos; o outro é o seu ministro das Finanças. O quadro intitula-se "a dança do papagaio" e é um dos mais sarcásticos da farsa-dramática de Peter Weiss "A Canção do Espantalho Lusitano", libelo contra a guerra colonial de Angola que é no momento o maior êxito teatral em cena em palcos europeus.

O imenso sucesso da peça exasperou o governo português, a tal ponto que até as publicações culturais mais conspícuas do Velho Continente se referem nas suas colunas às coléricas e ridículas reações de Salazar. A "Theater Heute", a mais importante revista de teatro editada na República Federal Alemã, abre um longo artigo dedicado a Peter Weiss com as linhas que, a seguir, transcrevemos:

"Que peça é esta? Desencadeia controvérsias e até tramas políticas. A agência Associated Press anuncia a quatro de fevereiro: o Ministério dos Negócios Estrangeiros Portugueses considerou irresponsável "O Espantalho", e o jornal situacionista de Lisboa "Diário de Notícias" (salientando, visivelmente de acordo com os hábitos da própria terra, que a montagem poderia, e, ainda mais, deveria, ter sido impedida pelo governo suéco), acusa não apenas Peter Weiss como também os suécos de mau geral de "insapiciência política, falta de delicadeza, tibieza diante do comunismo". A peça seria "um vomitório". A crítica de Weiss contra a sangrenta opressão da rebelião de Angola de 1961, o jornal português responde: "Portugal não pode deixar Angola aos russos e chineses".

A paranóia anticomunista de Salazar não funciona, é claro, num país civilizado como a Suécia. Em contrapartida, os horrores da guerra colonial, denunciados pelo grande dramaturgo alemão, êsses, revoltam cada vez mais o povo suéco.

"Portugal Democrático" tem a satisfação de informar que a tradução portuguesa da peça de Peter Weiss será publicada brevemente por uma grande Editorial brasileira.

CENSURA PRÉVIA PARA ROMANCES E LIVROS

A censura prévia a todo o tipo de publicações editadas em Portugal é, desde o dia 7 de Março, um facto. De acordo com a Circular n.º 1-GD, referência n.º 2.101, emanada do SNI e assinada pelo director dos Serviços de Informação, Caetano de Carvalho, todas as oficinas de impressão ficam doravante "obrigadas a remeter ao Secretariado, com as formalidades e sanções referidas no artigo anterior (art.º 11 do Decreto Lei n.º 34.134) um exemplar dos livros nelas impressos, antes de postos a circular, sempre que neles sejam versados assuntos políticos, económicos ou sociais". Mas, para que não subsistam dúvidas acerca do que o fascismo considera obras de fundo "político económico ou social", logo se esclarece adiante que devem ser enviados todos os livros "que se ocupem, expressa ou implicitamente, no todo ou em parte, de assuntos políticos, económicos ou sociais, seja qual for a sua natureza, isto é, quer sejam ensaios, livros de história ou de ficção (romance, novela, conto, poesia e teatro), etc". Tudo foi pois previsto. Desde Março, tudo o que se imprime precisa do visto da Censura. Nem o Papa está isento, pois as suas Encíclicas, tratando de questões políticas, económicas e sociais, são abrangidas pela proibição...

UM APELO DA UDP

Ao tomar conhecimento dessa nova prepotência fascista dirigida contra a liberdade de expressão do pensamento e que visa sufocar ainda mais a cultura em Portugal, a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa distribuiu em São Paulo, à Imprensa o seguinte comunicado:

"Prosseguindo na sua política de sufocação da cultura, Salazar acaba de instituir a censura prévia ao livro, violando a sua própria Constituição e acordos e instrumentos internacionais assinados pelo seu Governo.

Nos termos da Circular número 1-60, Ref. 2.102, de 7 de março p.p., do Secretariado Nacional da Informação, todas as oficinas de impressão de Portugal ficam doravante obrigadas a remeter à Censura, antes de serem postos a circular, todos os livros nelas impressos "que se ocupem, expressa ou implicitamente, no todo ou em parte, de assuntos políticos, económicos ou sociais seja qual for a sua natureza, isto é, quer sejam ensaios, livros de história ou de ficção (romance, novela, conto, poesia e teatro, etc)."

Significa essa circular que, depois da censura tradicional, traduzida em múltiplas apreensões e em assaltos a editoras e livrarias, foi decretada em Portugal uma nova censura: a censura prévia ao livro, a que nem a poesia escapa. Na sua fúria liberticida, o fascismo português suprimiu os últimos vestígios da liberdade de expressão.

(Continua na página 6)

A ÚNICA SAÍDA

Tôdas as informações recebidas de Portugal são concordes: a intensificação do terror cultural é um facto. As prisões de intelectuais, as apreensões de livros, a campanha difamatória contra os escritores democráticos, a proibição de conferências e debates sobre temas de actualidade, tudo nos últimos meses vinha anunciando o propósito do fascismo "endurecer" a sua política, desfazendo as últimas ilusões das que tinham ainda como possível um diálogo mesmo tutelado e policiado, entre portugueses. Essa abertura à direita da engrenagem salazarista é de uma lógica inflexível. A catastrófica situação criada pela guerra colonial levou o regime à beira da ruína. Turismo, remessas da emigração, empréstimos no Exterior, investimentos dos monopólios estrangeiros formaram-se, como fontes de equilíbrio da balança de pagamentos, insuficientes para preencher os rombos colossais causados pela guerra colonial. A crise económica já era uma realidade; a crise financeira tornou-se um pesadelo. Daí a inevitável radicalização do fascismo moribundo. Colocado em face de problemas que não pode resolver, Salazar, para adiar o fim, lança mão de soluções desesperadas. A tal ponto chegou a situação no sector da Imprensa que Norberto Lopes, director do "Diário de Lisboa", fez, de passagem pelo Brasil, declarações sobre o clima asfíxiante em que se vive nos jornais. E não apenas nos jornais. O SNI, a PIDE e a Censura, actuando conjuntamente, de acordo com instruções do próprio Salazar, lançaram uma ofensiva obscurantista, visando sufocar tôdas as manifestações de cultura. O corolário dessa campanha, comandada pessoalmente pelo sr. Paulo Rodrigues — um efebo que se transformou no braço direito do ditador — foi a decretação da censura prévia ao livro, abrangendo tudo o que se publica em Portugal, do romance à poesia lírica. Nem o próprio Papa escapou à sanha perseguidora. A Censura proibiu que os jornais comentassem a sua Encíclica "Populorum Progressio" e, como se isso não bastasse a PIDE fechou a sede da "Pragma", entidade católica que se dispunha a divulgar amplamente as idéias e princípios informadores das últimas mensagens papais.

Era inevitável que o fascismo enveredasse por esse caminho. Só os ingênuos, os pusilânimes e os que, dizendo-se democratas, sonham com um salazarismo sem Salazar se mostram surpreendidos. Já havíamos denunciado nestas colunas as ilusões legalistas a que alguns se apegam teimosamente. Os fatos aí estão a dar-nos inteira razão. A idéia de que o fascismo pode desaparecer mediante o diálogo com o próprio Salazar, seu sumo-sacerdote, (ou com os seus colaboradores), é uma perigosa utopia. Como tal a denunciámos. Teses conciliatórias e legalistas conduzem ao imobilismo político. Aliás, a resposta do ditador aos que lhe garantem que não são e não querem ser revolucionários e que não alimentam propósitos de subversão insurreccional é de uma clareza meridiana: censura prévia ao livro, perseguição à palavra do Papa, reforço do controle sobre a domesticada imprensa portuguesa.

A demonstração é portanto feita pelo próprio Salazar. Os seus últimos actos apontam um caminho que só conciliadores e oportunistas podem alegar não ver: a saída revolucionária insurreccional, é a única solução possível para o problema português. Aquilo que a Ação Democrato-Social teme é precisamente o que urge levar a cabo: a destruição da arquitectura social montada pelo Estado fascista. E esse resultado só se pode obter através da luta popular, da ação combativa de tôdas as forças realmente democráticas mobilizadas, no sentido do levantamento nacional.

Basta de diálogo com o fascismo, basta de ilusões legalistas, basta de retórica em torno da normalidade constitucional fascista, basta de meias-palavras sobre a guerra colonial, basta de silêncios sobre a existência de bases estrangeiras em território nacional, basta de habilidades, oportunismos, protelações que só servem o regime de terror de Salazar!

Só há um caminho: o levantamento nacional e insurreição popular!

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Nesta edição:

- ★ A CAMPANHA DOS PASSAPORTES — página 8
- ★ JORNADA MUNDIAL DE SOLIDARIEDADE AO ESTUDANTE PORTUGUÊS — página 8
- ★ DEBATE SOBRE A MULHER PROVOCA TUMULTO EM LISBOA — página 4

PORTUGAL DEMOCRATICO

A Saúde e a Assistência Médica em Angola

O Canadá contra a repressão fascista

Américo Boavida

Como conceito de saúde, nesta segunda metade do século XX, entendemos os factores que permitem ao indivíduo proteger-se contra as agressões contínuas do meio em que vive e lhe garantem uma aptidão física para participar na produção e disfrutar do bem estar social.

Este conceito é muito distinto daquele que era comum aceitar-se há cinco ou dez décadas atrás. Efectivamente, há cinquenta ou cem anos atrás, a saúde era considerada como um bem exclusivo do indivíduo. A saúde era por assim dizer um acessório restrito ao indivíduo.

Hoje, a saúde tem um conceito muito mais largo, muito mais ambicioso. A saúde é uma componente essencial da sociedade, e destina-se a salvaguardar o bem estar dessa mesma sociedade. Antigamente, o conceito de saúde achava-se circunscrito ao indivíduo, limitava-se a dar-lhe armas para lutar contra as doenças. Era essencialmente curativo. Na sociedade contemporânea, o conceito de saúde engloba a comunidade toda inteira, e é essencialmente preventivo — quer dizer, caracteriza-se em prevenir a sociedade dos agentes que provocam as doenças.

A saúde é então o conjunto de factores que criam os meios para que a sociedade se encontre nas condições óptimas para produzir e para usufruir do fruto do seu trabalho. E' por isso que os serviços de saúde se chamam também da População, da Assistência Social, do Bem Estar Social, etc., para caracterizar bem qual o objectivo a que se destinam os organismos encarregados desse sector da vida do país.

O conceito de saúde em nossos dias, é pois fundamentalmente um conceito de saúde das massas. Ele destina-se a proteger essas massas onde quer que elas sejam chamadas a cohabitar para produzir bem estar e riqueza para a sociedade.

Hoje, todos ouvimos a cada momento falar em Medicina colectiva, Medicina social, Medicina do trabalho. Em Dispensários de prevenção materno-infantil, anti-tuberculoso, ou de puericultura, etc. E' ultimamente se criou mesmo um ramo na Medicina que se dedica à protecção dos velhos que podem nem estar doentes, mas que vivem em conjunto, em sociedade, em casas de repouso, em bairros construídos pelas diversas instituições médico-sociais, para aqueles que passaram a vida inteira a produzir bem-estar para a sociedade, e agora não podem mais trabalhar nem dar o rendimento necessário para a criação desse bem-estar. E' isto que se entende hoje por saúde num país.

E em Angola? Como é que se passam as coisas no nosso país? Vamos primeiro analisar bem a sociedade angolana tal qual ela se apresenta hoje, nesta etapa em que o país é dominado e explorado pelos colonialistas portugueses.

No nosso país, todos sabemos, — e é contra este estado de coisas que nós os nacionalistas estamos a lutar — existe uma minoria estrangeira que obriga pela força a quase totalidade dos africanos a produzir riqueza, a criar bem-estar social — totalmente destinados a essa minoria exploradora. Em Angola, todas as instituições, todas as leis, todos os conceitos mo-

rais ou jurídicos estão constituídos com o objectivo de dar à minoria europeia os meios de manter a dominação e a exploração dos naturais, sem permitir que estes se organizem nem criem os meios materiais — mais elementares ligados à sua condição humana, de forma a garantirem a subsistência e a saúde.

O regime colonial português, defende em Angola um sistema social que obriga 4.456.000 africanos a trabalhar em regime de trabalho forçado, para o bem-estar social exclusivo de 350.000 europeus. No capítulo que nos interessa neste nosso estudo, e que é a saúde, o regime colonial mantém para esta classe social constituída pelos 350.000 indivíduos da minoria branca instituições médico-sanitárias bem equipadas sob o ponto de vista científico, (médicos, equipamento técnico, arsenal terapêutico), particularmente eficazes para os defender e os proteger dos agentes e traumatismos do meio que provocam as doenças.

Esses senhores constituem 59 por cento das populações das cidades. Em Luanda, capital do país, eram em 1960 à volta de 135.000 h (1), e dispunham segundo o ramo das suas actividades das instituições seguintes:

— Serviços de Saúde de Angola, cuja acção se estende teóricamente a todas as camadas da população do país, mas que se destina fundamentalmente aos funcionários europeus da administração colonial a quem administra uma Medicina de nível científico apreciável pela qualidade dos tratamentos, dos meios especializados postos à disposição dos doentes e da qualificação técnica dos médicos a eles afectados.

— Um Dispensário médico — uma Casa de Saúde, uma Maternidade para os empregados do comércio filiados no Sindicato dos Empregados do Comércio e da Indústria em Luanda.

— Um Dispensário médico, Laboratórios de análises clínicas, Raios X, etc., uma Clínica Estomatológica para os motoristas e pescadores filiados no Sindicato dos Motoristas em Luanda, e das Casas dos Pescadores das pescarias do sul de Angola, em Moçamedes e em Benguela.

— Serviços médicos das diversas associações regionalistas dos colonos das diferentes províncias metropolitanas portuguesas, do Clube Transmontano, da Casa do Alentejo, Casa das Beiras, etc., com um ou vários médicos avançados, ou Postos Médicos privativos para consultas aos seus afiliados.

Isto sem contar já com as clínicas particulares altamente especializadas que só recebem europeus. Nem dos senhores da alta burguesia industrial e financeira para quem o sistema colonial não possui instalações para tratamento em Angola, mas lhes dá os meios materiais para tratamento nos grandes centros da Europa e da América do norte.

Em 1960, a minoria branca dispunha de um total de 266 médicos, 48 parteiras, meia dúzia de dentistas, 25 farmacêuticos e seis analistas (2), o que dá uma média de um médico para 1.300 indivíduos aproximadamente. Para se fazer uma ideia do que é que isto representa, basta dizer-se que na maioria dos países europeus como a Itália, a França ou a Bélgica etc., existe 1 médico para 8 a 10 mil habitantes!

Em contrapartida, para os colonizados, o grande grupo constituído pela massa dos trabalhadores agrícolas, dos operários, dos assalariados domésticos, dos pequenos funcionários da administração colonial, que o colono chama depreciativamente "indígenas", e que são um total de 4.456.000 indivíduos — 4.200.000 aproximadamente vivem no interior do país — a administração colonial põe à sua disposição cerca de 40 (quarenta) médicos!!! Este número confere uma média de 1 médico para 114.000 pessoas, que é um dos mais baixos do mundo.

Estes médicos devem percorrer uma a duas vezes por ano as regiões habitadas por essas populações através de um país sem estradas com uma superfície de 1.247.000 km², e não podem dispensar, como é fácil de compreender-se, nas condições primárias em que se vive no mato em Angola, — uma Medicina digna desse nome.

Os 4.456.000 indivíduos que constituíam a população africana do país em 1960 beneficiaram duma Medicina artizanal através das seguintes instituições colonialistas:

— Serviços de Saúde de Angola, que teóricamente estendem a sua acção médico-sanitária à todo o país através dos seus Serviços Centrais em Luanda, Delegacias de Saúde nas capitais de distrito, Sub-Delegacias e Postos Sanitários nas circunscrições administrativas mais importantes.

Os Serviços de Saúde dispõem de 15 hospitais de Estado. O número total de consultas anuais, segundo as estatísticas oficiais (3) é da ordem de 975.166 consultantes.

Uma Maternidade, a Maternidade "Vieira Machado", que segundo a regra nos hospitais do Serviço de Saúde, possui uma sala de partos para europeus, e uma secção para os "indígenas". As parturientes indígenas dão à luz no chão, em esteiras.

— Santa Casa da Misericórdia, na cidade alta em Luanda, com um razoável movimento de consultas, de tratamentos e de injecções. Dispõe de um médico de um enfermeiro diplomado e de meia dúzia de enfermeiros.

Postos Médicos das Câmaras Municipais, de Luanda, do Lobito, de Benguela e de Nova Lisboa. Aceitam em seus serviços de consultas os trabalhadores forçados do município, alguns indígenas e contratados. Em Luanda o Posto Médico, conta com um clínico, um enfermeiro chefe e três enfermeiros auxiliares, entre os quais uma mulher.

Os "indígenas", beneficiaram ainda em 1960 de Serviços médicos da parte de organizações africanas controladas e dirigidas pelas autoridades coloniais, das quais destacamos os serviços médicos da Liga Nacional Africana (LNA) em Luanda, que possui um Posto Médico com um médico e um enfermeiro. Os serviços médicos da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA) (4), também em Luanda, com um Dispensário-Creche "Dr. Carlos Tavares", de apreciável valor social. Os serviços médicos da Associação Africana do Sul de Angola (AASA) em Nova Lisboa com um Posto Médico.

A par destes serviços semi-

A 23 de fevereiro, o deputado federal canadiano Andrew Brewin — membro do Novo Partido Democrático que em outubro de 1966 estivera em Portugal, no quadro de preparação da Conferência Pro-Amnistia, interpelou no Parlamento Canadano o governo do seu país nos seguintes termos:

"Em 14 de fevereiro, eu perguntei ao sr. Martin, secretário do Estado dos Negócios Estrangeiros do governo canadiano se tencionava discutir com o governo português o recente decreto que estabeleceu a ameaça de deportação para os presos políticos portugueses. Hoje, sinto-me feliz por ter a oportunidade de alargar a importância da questão. "Não é novidade que Portugal, há muitos anos, há cerca de 40 anos, que é governado por uma ditadura. Nem é novidade dizer-se que Portugal é hoje um Estado policial. O que talvez não seja tão conhecido é que a repressão tem vindo a crescer, enquanto em Espanha, se tem moderado. Isto pode resultar do deterioramento das condições económicas o que em parte resulta do facto de Portugal estar envolvido em três guerras coloniais em África.

Em 24 de setembro último, sr. Presidente, novo decreto foi publicado pelo governo português. E' o decreto n. 47216 e o seu conteúdo determina que os ministros da Justiça e do Ultramar podem autorizar que as penas de prisão e de "medidas de segurança" aplicadas pelos tribunais aos presos políticos, possam ser cumpridas em prisões coloniais.

Ora, sr. Presidente, a deportação e o exílio, são de há muito uma arma sinistra da ditadura. Este decreto, designadamente, faz reviver em Portugal e entre muitos presos políticos e suas famílias, a memória do notório campo de concentração de Tarrafal nas Ilhas de Cabo Verde. Muitas pessoas perderam lá a vida, ou em ilhas remotas, longe do seu país, onde não podiam ser defendidos. O efeito desta espécie de decreto é o de separar os presos das suas famílias e de qualquer contacto com o mundo civilizado.

E' óbvio, que o próprio governo de Portugal teve vergonha desta espécie de decreto — continuou o deputado canadiano Andrew Brewin, falando no parlamento do seu país — apesar deste decreto ter saído no Diário do Governo, nós vimos um exemplar de um jornal em que a censura cortou a simples referência, sem qualquer comentário, a este mesmo decreto. Isto para que a opinião pública nada ficasse a saber a seu respeito.

Pode-se perguntar o que é que isto tem a ver com o Canadá. A razão é que somos aliados de Portugal, no Pacto do Atlântico. Tanto o Canadá como Portugal, se obrigaram por este tratado a defender a liberdade, herança comum da civilização dos seus povos, baseada na democracia, na liberdade individual e no primado do direito.

A clareza falta de respeito pelo primado do direito e o regresso ao barbarismo expressos na coacção exercida contra os presos políticos, descredita não sómente o país que a pratica mas toda a aliança ocidental que, em princípio, deveria estar unida para preservar certos valores humanos fundamentais. Poder-se-á dizer que o protesto não será aceito. Mas muitas vezes nos asseguram — continuou o deputado Andrew Brewin — que a única coisa que poderia influenciar o governo desse país era o interesse e a preocupação expressas internacionalmente.

O Canadá deveria basear o seu protesto nos termos do tratado do Pacto do Atlântico e da Declaração Universal dos Direitos do Homem. No Canadá, não podemos fechar os

nossos olhos à opressão, onde quer que ela exista. Temos de fazer qualquer coisa para impedir a aplicação do infamante decreto n.º 47.216. Deveremos fazer um protesto que influencie o governo dum País que deseja ser considerado um País civilizado".

Em resposta, o deputado governamental Albert Bechar, secretário parlamentar do Ministro dos Negócios Estrangeiros Canadano, fez em nome do Governo canadiano, a seguinte declaração, para cuja grande importância política chamamos a atenção dos nossos leitores:

"Sr. Presidente, devo dizer que não tenho qualquer informação susceptível de contradizer os factos referidos pelo deputado Andrew Brewin". E depois de referir que o Governo canadiano se pronunciava dentro e fora das Nações Unidas "pelo respeito dos direitos humanos" e "pela eliminação de todas as formas de discriminação racial", o representante do Governo canadiano concluiu:

"O governo português está totalmente ciente dos pontos de vista do Governo canadiano nas questões referentes a direitos humanos. Penso que o deputado Andrew Brewin já recebeu uma explicação adequada do Ministro dos Negócios Estrangeiros canadiano num prévio encontro".

Um desabafo de Norberto Lopes

Atinge tais extremos o clima de terror cultural que se respira presentemente em Portugal, que alguns dos jornalistas de Lisboa e Porto que em Abril p.p. visitaram o Brasil, embora exprimindo-se cautelosamente, não esconderam em conversas com colegas brasileiros e com personalidades políticas a sua revolta em face das últimas medidas salazaristas e concretamente do estabelecimento da censura prévia ao livro.

Numa atitude corajosa e que teve grande repercussão nos meios intelectuais brasileiros, o dr. Norberto Lopes, director do "Diário de Lisboa" fez a respeito do assunto declarações que o "Jornal da Tarde" publicou sob o título "Jornalista de Portugal não tem liberdade".

"Lá — afirmou — não temos liberdade alguma, apesar de a Constituição dizer, por exemplo, que a imprensa é independente, como está no artigo oitavo. E' independente, só que todas as notícias e artigos passam antes pelas comissões de censura e às vezes são submetidas até a ministros, para aprovação. Quando recebem o visto, já se foram dias, semanas e até meses. Aí não servem mais, normalmente".

Toalhas Plásticas rendadas

AUMENTE SEUS LUCROS VENDENDO TOALHAS DOS MAIS VARIADOS MODELOS E DE FINO ACABAMENTO FABRICADAS PELA MAIOR INDÚSTRIA DO GÊNERO NO PAÍS. DESCONTOS ESPECIAIS PARA REVENDEDORES. PARA MAIORES ESCALACIONAMENTOS, FAÇA UMA VISITA OU ESCREVA PARA: PRAÇA DA SÉ. 17/21 SÃO PAULO

Nolas e comentários

A PALAVRA DO PAPA

Apesar de tôdas as precauções tomadas por Salazar, a Encíclica "Populorum Progressio" teve em Portugal uma imensa repercussão. E compreende-se porquê. Tratando-se de um documento em que o chefe da Igreja romana fixa a posição desta em face da problemática do homem contemporâneo e aborda portanto algumas das mais delicadas e complexas questões enfrentadas pelas sociedades do mesmo tempo, não podiam os católicos portugueses permanecer indiferentes ante as tomadas de posição de Paulo VI. O Papa é um homem lúcido e actual. Tal como o seu antecessor em forma de maneira mentes sentimentais, tem a exacta noção de que a Igreja só pode sobreviver como instituição de âmbito ecuménico num mundo cada vez mais rebelado contra a exploração do homem, se condenar essa mesma exploração, procurando aproximar-se das massas e quer que elas sejam comprimidas e espoliadas. Dai o valor que as suas palavras têm não apenas para os católicos portugueses mas para todos os portugueses em luta contra a tirania que os oprime.

Não se referiu Paulo VI, é óbvio, em nenhuma passagem do seu discurso ao caso português. Nem era necessário. As políticas que faz ao capitalismo sustentam-se como uma luva à situação criada em Portugal e os caminhos que aponta para lutar contra as estruturas opressoras e as tiranias são aqueles que os católicos mais combativos vêm preconizando como solução para o derrubamento da oligarquia fascista. Lembra o Papa, citando Santo Ambrósio, que "a Terra foi dada a toda a gente e não somente aos ricos" para concluir que "isso quer dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto". Para o Pontífice romano o direito de propriedade privada deve ser exercido em detrimento da utilidade comum "e se houver um conflito entre os direitos privados adquiridos e as exigências comunitárias primordiais, cabe aos poderes públicos procurar uma solução, com a participação activa das pessoas e dos grupos sociais". Todos sabemos qual é a esse respeito o pensamento de Salazar e da sua camarilha fascista. Para o ditador a solução para o conflito é o reforço dos privilégios já existentes. E' portanto compreensível a sua cólera ante a palavra de um Papa para quem "o bem comum exige, algumas vezes, a expropriação", e que, lembrando que "algumas vezes servem de obstáculo à propriedade colectiva", censura abertamente os cidadãos de posse que transferem para o estrangeiro "para puro proveito pessoal" as suas "abundantes rendas", sem se preocuparem com o dano evidente que assim infligem à própria pátria". Foi porém, Paulo VI mais longe, ao condenar sem apêlo os males evidentes do capitalismo, aquele sistema que considera o proveito como o motor essencial do progresso económico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade particular dos meios de produção

como um direito absoluto, sem limites, nem obrigações sociais correspondentes". E acrescenta o chefe da Igreja: "Esse liberalismo sem freio, que conduz à ditadura, foi justamente denunciado por Pio XI como gerador do "Imperialismo Internacional do Dinheiro". Para Paulo VI, "não há melhor maneira de reprová-lo tal abuso do que lembrando solenemente que a economia está a serviço do homem". Outra, muito outra é a opinião "de Salazar. Compreendemos bem a sua mágoa ante a linguagem papal. Até porque, num golpe de misericórdia, que retira doravante aos partidários do diálogo com o fascismo toda a autoridade para a estéril negociação de soluções pacíficas, Paulo VI, muito embora condenando a tentação da violência, reconhece que a insurreição revolucionária se justifica "no caso de tirania evidente e prolongada, que atente gravemente contra os direitos fundamentais da pessoa e danifique perigosamente o bem comum do país". Precisamente o que se verifica em Portugal.

Tão grande quanto o desgosto de Salazar é o júbilo dos católicos portugueses. A Encíclica não veio apenas, de uma vez por tôdas, desmascarar o fascismo clerical, impedindo-o de justificar os seus atos criminosos em nome de Cristo. Ela veio igualmente colocar em posição ridícula e insustentável certos pseudo-democratas que, em nome de Deus, da defesa da propriedade individual e da "paz social", se vêm manifestando contra o uso da força como solução para o problema português. Terão esses senhores a ousadia de chamar revolucionário e subversivo a Paulo VI? E, contudo, por muito que isso lhes custe, o Papa admite a insurreição revolucionária quando se trata de pôr termo "a uma tirania evidente e prolongada".

AMERICANOS EM ANGOLA.

Os adidos militar e naval à Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa deslocaram-se a Angola durante o mês de abril a fim de, segundo o noticiário dos jornais salazaristas, "colher informações e impressões da situação naquela província portuguesa".

Na realidade, os objetivos de Washington não são exatamente aqueles que lhe atribuem os jornais portugueses nem os plúmbeos de soldo do fascismo que escrevem na imprensa brasileira. Para essa gente o governo norteamericano estaria a esta altura persuadido de que "a pacificação é um facto" e desejaria obter a confirmação disso com uma inspecção in loco, condição indispensável para uma mudança de posição na ONU em relação à política colonialista portuguesa. No seu delírio, os articulistas dos pasquins da União Nacional sonham mesmo com uma reviravolta completa do "mundo ocidental" em face dos problemas decorrentes da guerra colonial de Angola, antevedendo que o apêlo confessado dos Estados Unidos a Salazar arrastaria o das demais nações da Europa Ocidental.

Registamos apenas a título de curiosidade as opiniões dos "especialistas" em política africa-

na do fascismo português para que os leitores avaliem o quillate dos exemplares da "ménagerie" salazarista. Mas não subestimamos, evidentemente, o significado da presença dos militares yankees em Angola. O Pentágono sabe tão bem como os generais fascistas que a "pacificação" é um mito. E o Departamento de Estado não tem a menor intenção de mudar a sua política africana para agradar a Salazar. Nem por isso, contudo, a visita dos militares americanos a Angola deve ser denunciada com menos veemência pelos democratas portugueses. A sua simples presença nos quartéis de Luanda e nas frentes de combate representa uma forma de solidariedade indireta à guerra colonial, um insulto aos patriotas angolanos que se batem pela independência de sua terra, e, sobretudo, um poderoso estímulo aos grandes monopólios norteamericanos cuja participação no financiamento da guerra é cada vez mais sensível. O que a Casa Branca e o Pentágono pretendem é sobretudo isso: tranquilizar os monopólios que investiram somas colossais em Angola e possuem hoje, em estreita aliança com outros impérios financeiros ingleses, germano-ocidentais, belgas e franceses: o controle absoluto da infra-estrutura económica da martirizada colónia. A diplomacia norte-americana não deseja incompatibilizar-se com a África inteira, apoiando Salazar na ONU. Mas continuará a servi-lo como até aqui, manobrando nos bastidores. E, no fim de contas, o apêlo financeiro dos monopólios é decisivo para a sustentação da guerra.

E' essa política de hipocrisia contrária aos interesses do povo português e do povo angolano, a política dos monopólios e do militarismo norteamericano, a criminosa política dos imperialistas aliados de Salazar que cumpre denunciar. A visita a Angola dos militares yankees é uma provocação e como tal deve ser encarada.

NA SUÉCIA: CONFERÊNCIA DA AMNISTIA

O êxito da visita da delegação da Frente Patriótica de Libertação Nacional à Suécia e à Noruega criou uma nova e extraordinária vitória do movimento democrático português: a realização em outubro, em Estocolmo, de uma Conferência de Solidariedade aos Prêsoes Políticos Portugueses. Reconhecer que os últimos meses ficaram a assinalar uma série de graves derrotas diplomáticas para o fascismo salazarista não é um acto de optimismo, mas de simples realismo. O próprio Franco Nogueira lembra com desalento numa declaração recente, que "tudo tem mudado nos últimos meses ou semanas". E tem inteira razão o ministro fascista. Como salientava num dos seus programas a Rádio Voz da Liberdade, "o muro do silêncio caiu. A política de terror salazarista provoca em todo o mundo uma indignação cada vez maior, acompanhada de uma crescente solidariedade aos democratas portugueses". As mistificações de Salazar e dos seus porta-vozes, hoje, quando não despertam indignação pelo seu cinismo, são jocosamente comentadas, provocam o riso.

Tudo mudou efectivamente, como se queixa o sr. Franco Nogueira. Anos atrás eram pouquíssimos os países onde a

opinião pública estava informada da realidade portuguesa. Nos demais a ignorância era a regra. Agora, o panorama é bem outro. Em dezenas de países a imprensa, a rádio e a televisão ocupam-se com frequência da situação existente em Portugal, denunciam os crimes do fascismo, condenam com veemência a repressão e o terror cultural. A Suécia e o Canadá são dois exemplos típicos de países onde de um relativo desconhecimento das questões portuguesas se passou rapidamente para um interesse traduzido em manifestações de solidariedade de alto nível ao movimento democrático português. No primeiro caso foi decisiva a visita de uma delegação da FPLN; no segundo, a Conferência de Toronto tornou possível, através do amplo trabalho de esclarecimento realizado, a mobilização das consciências e das boas vontades. Mais ainda do que a bela intervenção do deputado Andrew Brewin no Parlamento de Otawa, (texto noutra página) a réplica do líder do governo às suas declarações é significativa da mudança que se operou na opinião pública e oficial canadiana em relação ao problema português, a tal mudança a que alude o ministro Franco Nogueira.

E' de justiça reconhecer que essa série de derrotas sofridas pela diplomacia salazarista e a correspondente série de vitórias dos antifascistas se deve em grande parte ao admirável trabalho de esclarecimento realizado pela Frente Patriótica de Libertação Nacional, com o apêlo constante dos núcleos da emigração democrática portuguesa. Em outras palavras: é na unidade dos democratas portugueses que se encontra a explicação dos seus êxitos, reconhecidos até pelo adversário. Na Suécia como no Canadá na Holanda como na Jugoslávia, na Itália como na Dinamarca, se as delegações portuguesas foram reconhecidas como interlocutoras válidas foi por representarem o espírito do movimento unitário português, antifascista e anti-colonialista. Essa unidade pode ainda ser ampliada, mediante a integração no combate de novos elementos. E' esse um estímulo e não um motivo de desânimo. Se conseguimos tanto no último ano, com tão poucos meios, mais conseguiremos captando para o movimento unitário novas vontades, anti-fascistas que dêle por motivos irrelevantes têm permanecido afastadas.

UMA DATA ESPANHOLA

Os democratas espanhóis comemoraram no mês passado o 36.º aniversário da proclama-

ção da República. O 14 de Abril de 1931 é para a Espanha uma data significativa; como para Portugal o é o 5 de Outubro de 1910. São efemérides que se recordam, mas que não se festejam. Uma e outra convidam à meditação. O facto é que nem a I República Portuguesa, nem a II República Espanhola conseguiram sobreviver, justificando as esperanças nelas depositadas. Ambas nasceram de irreprimíveis movimentos de massas. Em Portugal foi o povo que tomando as praças públicas derrubou a Monarquia; em Espanha, foi o povo que nas urnas tornou inevitável a República. Mas tanto num caso como noutro, aquilo que a Monarquia simbolizava de reacionarismo medieval não desapareceu com a simples mudança de regime. As esperanças de progresso e de cultura, de edificação de uma sociedade onde não houvesse lugar para a exploração do homem foram brutalmente desfeitas em Portugal como em Espanha. Era inevitável que cedo ou tarde os vencidos do 5 de Outubro e do 14 de Abril tentassem recuperar as alavancas do poder político, uma vez que haviam conservado nas mãos o poder económico. O 28 de Maio de 1926 e o 18 de Julho de 1936 não surgiram por acaso. O desentolar dos acontecimentos obedeceu a uma lógica rigorosa. Em Portugal como em Espanha, a República não alterou as estruturas classistas e os meios de produção jamais saíram da posse das oligarquias. Em Portugal, a República morreu melancolicamente. Em Espanha, não. O putsch militar enfrentou a resistência do povo desencadeando o processo revolucionário. Mas era tarde demais. A Revolução foi afogada em sangue, com a ajuda do fascismo alemão e italiano e mercê da tração das democracias ocidentais.

Recordar o 14 de Abril de 1931 é pensar no 18 de Julho de 1936 e numa gesta revolucionária que ao longo de três anos se transformou numa das mais belas epopéias que a história regista. Em São Paulo, como onde quer que no mundo vivem democratas espanhóis, o aniversário da República espanhola foi comemorado e serviu de tema de meditação. Os discursos pronunciados na sede do Centro Democrático Espanhol não foram apenas evocativos. Ao lado dos velhos combatentes, dos heróis anónimos que se bateram em Madrid, em Teruel ou no Ebro, representantes da nova geração, que não participaram dos crimes do fascismo e que não se sentem responsáveis pelos erros da República, souberam mostrar que as lições do passado são ricas de ensinamentos para o futuro que se abre à Espanha.

Difusão Europeia do Livro

HISTÓRIA GERAL DAS CIVILIZAÇÕES
HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
HISTÓRIA GERAL DA ARTE
LITERATURA PORTUGUESA
LITERATURA BRASILEIRA
CLASSICOS GARNIER
CORPO E ALMA DO BRASIL
SABER ATUAL

ESCOLHA O GENERO DE SUA PREFERENCIA E APROFUNDE-SE EM SUA ESPECIALIDADE, ADQUIRINDO OS LIVROS EDITADOS PELA DIFUSAO EUROPEIA DO LIVRO — DIFEL

DIFUSAO EUROPEIA DO LIVRO
Rua Bento Freitas, 362 — 6.
São Paulo

APÊLO CONTRA O TERROR POLICIAL

MARIA LUISA COSTA DIAS

Perdida pouco menos do que entre as colunas dos anúncios dos jornais, lia-se em 25 de Setembro último com referência a um diploma publicado no Diário do Governo: — "Os ministros do Ultramar e da Justiça, quando as necessidades de tratamento penitenciário o aconselham, podem autorizar que as penas ou medidas de segurança sejam executadas nos estabelecimentos prisionais do Ultramar."

Por quê, no termo de 40 anos de fascismo e 12 anos passados sobre o encerramento do "Campo da Morte Lenta" no Tarrafal, o regime decreta de novo a deportação dos seus presos políticos para os campos de concentração coloniais?

Por quê o exacerbamento do ódio com que são perseguidos os adversários políticos do regime, em Portugal, no momento em que personalidades, partidos, organizações nacionais e internacionais tomam a defesa pública dos democratas presos, condenam as violências a que estão sujeitos e os crimes do regime, o último dos quais o do general Humberto Delgado?

Numa Europa em que as forças da paz e da democracia lutam contra a política de blocos militares agressivos e pela realização de uma Conferência de todas as nações europeias, destinada a reforçar as relações de cooperação pacífica entre países com regimes sociais diferentes, o governo de Salazar e o seu regime continuam fiéis à política da guerra fria, preconizam o reforço dos blocos militares, apoiam a política agressiva dos círculos governamentais de Bonn e de Washington e colocam o solo pátrio no âmbito dessa política aventureirista e perigosa. Ainda em 20 de Outubro último, um estratega do regime, brigadeiro Kaúlza de Arriaga, ex-subsecretário de Estado da Aeronáutica, afirmava numa conferência pública que "a posição estratégica portuguesa só será significativa, fundamentando-se numa participação em instalações e bases militares". Segundo este professor do Instituto de Altos Estudos Militares, a "manutenção da estrutura actual da Nação portuguesa" assegura-se através de uma "missão estratégica" que implica a "actuação sobre o que dificulta e contra quem se oponha ao seu cumprimento."

O novo gesto terrorista do regime está perfeitamente enquadrado na estratégia militar definida pelo brigadeiro Kaúlza de Arriaga e consubstanciado em toda a política do regime na presente conjuntura.

Cinco anos de acréscidas complicações na vida nacional, trazidos pelas guerras coloniais, desvaneceram nos dirigentes fascistas o conceito do êxito fácil com que Salazar sonhara no começo da guerra de Angola, ao ordenar que se atacasse "imediatamente e com força".

Dificuldades de toda a ordem avolumam-se na vida do regime. São os exorbitantes gastos de guerra que consomem hoje perto de seis milhões de contos; é o aumento do déficit da balança comercial, que exprime o grau de dependência económica em que Salazar colocou Portugal, em relação às grandes potências capitalistas; são as manifestações de inflação que se repercutem desastrosamente no baixo nível de vida do povo português; é o acréscimo de cargas fiscais que pesa sobre as camadas populares e de que o recente imposto de transacções é testemunho, a que se juntam os efeitos da crise que domina a pequena e a média lavoura e se repercute sobre toda a actividade agrícola. A política salazarista conduz aos mais graves compromissos com o imperialismo estrangeiro. Ligando os interesses dos monopólios internacio-

nais ao território nacional, o governo de Salazar está cedendo àqueles o usufruto das riquezas do país, ao mesmo tempo que submete as massas laboriosas a uma exploração intensiva, a novos ritmos de produção, com o objectivo de alargar o campo de interesses e de lucros exorbitantes dos capitalistas estrangeiros.

Política de ruína e de traição nacional leveda e faz crescer o descontentamento dos mais largos sectores da Nação, contrariando o rumo que lhe imprimem os seus dirigentes mais responsáveis.

Se a resistência popular aumenta, se novas lutas se aproximam; se cresce a condenação pública do fascismo; se se avolumam as dificuldades internas e se se processa o seu isolamento à escala internacional, o governo de Salazar, seguindo a lógica da sua natureza intrinsecamente reaccionária, lança mão dos meios que lhe são próprios em todos os momentos difíceis da sua luta pela permanência no poder. Usa a arma da violência mais brutal, do arbítrio com aparências de legalidade, do crime, da prisão perpétua, do aniquilamento físico premeditado.

O povo e os democratas portugueses não esquecem quantas centenas de vidas preciosas foram ceifadas pelos agentes do fascismo nas deportações de *Além Malange*, no *Forte de Roçadas*, em *Angola*, no envio de presos para a *Guiné*, *Cabo Verde* e *Timor*, para o sinistro *Campo de Concentração do Tarrafal*.

A política fascista, além das vidas ceifadas nas frentes de batalha em África, exige agora a emolção de novas vítimas. Exige que aqueles territórios "onde a soberania de Portugal tão bem serve os interesses do Ocidente", no dizer do estratega atrás citado, sejam mais uma vez campo de agonia e cemitério dos combatentes da Democracia.

Na nossa Pátria, a dois passos do olhar ansiosamente vigilante das famílias, dos amigos, do povo e dos democratas, que luta incessante e dramática não é necessário manter, na defesa da saúde e da vida dos nossos presos políticos!

Longe, expostos à acção ruinosa de climas inóspitos, sem assistência médica, subalimentados, sujeitos, sem nenhuma defesa, além da sua coragem e tenacidade, à criminosa actuação terrorista, cujos processos de extermínio a experiência das guerras coloniais refinou, a liquidação será mais eficiente, fácil, rápida.

A vida dos presos políticos, de alguns dos mais valerosos combatentes da Democracia, está hoje sob a alçada do novo decreto do governo de Salazar, encontra-se sujeita a perigosas ameaças que lhes vêm do regime fascista e dos seus homens de mão, treinados na prática do crime.

Quem são as vítimas mais prováveis que o ódio do fascismo visa? Qual o seu passado de sacrifício e de luta? Qual o seu estado de saúde actual? Vários deles contam dezenas de anos consumidos na clandestinidade, nas fortalezas e nas cadeias de Portugal ou nos campos de concentração das colónias. São homens como *Pires Jorge*, *Dias Lourenço*, *capitão Varela Gomes*, *Octávio Pato*, *Blasqui Teixeira*, *José Magro*, *Manuel Serra*, e tantos outros que o fascismo deseja eliminar com a fria ajuda dos seus agentes policiais, a milhares de quilómetros de distância, entre filas de arame farpado e no mais completo isolamento, utilizando para esse fim todos os seus recursos de brutalidade, de perversão humana, de cinismo.

Não tenhamos dúvidas. O processo de eliminação de alguns dos melhores combatentes da Democracia

NA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

Debate sobre a mulher provoca grande tumulto

LISBOA (Do Correspondente) — A Secção Cultural da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa promoveu de 26 de Janeiro a 23 de Fevereiro um ciclo de conferências e colóquios subordinados ao tema geral "A Mulher na Sociedade Contemporânea".

Logo que o ciclo foi anunciado começaram a surgir os problemas: o primeiro, originou-se uma das conferencistas, a professora de Direito Isabel Magalhães Colaço, que se recusava a participar numa realização em que, segundo ela, colaboravam marxistas, apontando como exemplo o caso do dr. Costa Dias. Acabaria, entretanto por aceitar fazer a sua conferência sobre os problemas jurídicos da mulher, ainda que com a condição de não haver debate.

Apesar de tudo, iniciou-se o ciclo. A primeira sessão teve como única conferencista a professora Isabel Magalhães Colaço que discorreu sobre a situação jurídica da mulher. Presentes cerca de 300 pessoas.

A sessão sobre "Mitos e Imagens", foi antecedida por um desagradável incidente: um dos conferencistas, o dr. Urbano Tavares Rodrigues, foi chamado à Pide por causa do ciclo, tendo sido "avisado" de que deveria comunicar àquela polícia o dia em que se realizaria a sua conferência, uma vez que não havia sido ainda confirmada a data inicialmente marcada.

Tem finalmente lugar a sessão, ainda que sem a presença de um dos conferencistas, o dr. Costa Dias, que não pôde comparecer por se encontrar adoentado. Presentes na sala cerca de 700 pessoas, entre as quais o ex-reitor Paulo Cunha.

Findas as conferências, que decorrem sem incidentes, entra-se no período do colóquio. O prof. Paulo Cunha pede a palavra e procura responder a uma afirmação da escritora Isabel de Nóbrega, que se referia "às senhoras inúteis que entremelam chás-canasta com obras de caridade", dizendo que eram "senhoras dignas de todo o respeito, pois praticavam a caridade cristã". Aplaudido por meia dúzia de fascistas, o ex-reitor é valado pela maioria dos presentes, que bem compreendem o seu propósito de defender a própria mulher e as organizações fascistas em que anda envolvida, o que o levará a perder a cabeça, começando a gritar: "É esta a vossa liberdade de expressão de pensamento" e coisas semelhantes. Entretanto, a escritora Isabel de Nóbrega procura dar réplica às afirmações de Paulo Cunha, ainda que o não tenha conseguido inteiramente, pois a sua argumentação é frouxa e não convincente. Em sua ajuda val a poetisa Sofia de Melo Breynner que, mais experiente neste tipo de reuniões, dá o golpe final às ideias expressas pelo ex-reitor, distinguindo entre "caridade cristã" (que, segundo ela, assenta na luta pela justiça social) da "caridade fariásica" (que é a praticada pelas senhoras do chá-canasta). A sala ri e aplaude, entusiasticamente.

PAULO CUNHA, E A VIRGINDADE DAS ESTUDANTES

Mas os efeitos do que se ouvira no colóquio far-se-ão sentir no dia seguinte. O ex-reitor polícia desencadeia nas aulas uma campanha difamatória contra o ciclo de conferências que, segundo ele obedecia a directivas do Partido Comunista. E o energúmeno cujas ligações amorosas clandestinas servem inclusive de tema a quadros de revistas picarescas, afirmava: "Estes colóquios incitam as raparigas a perderem a virgindade, aplicando assim as directivas do Partido, que se propõe como tarefa corromper as mulheres, para mais facilmente poder depois corromper os homens. Isto encontra-se escrito em documentos do Partido que algumas vezes, me têm enviado. Ora, a virgindade das raparigas é uma coisa sagrada e maravilhosa. E só é pena que também os homens a não possam conservar e provar."

E de acordo com este arrazoado delirante, o paranóico professor incitava os seus alunos a comparecerem nas sessões seguintes do ciclo, para se oporem aos "des-

colectados" que, segundo o seu entender, eram todos aqueles que não usavam gravata. A propósito do que dizia, tendo notado na sala a presença de um aluno sem gravata (e por sinal um fascista), insurgiu-se em alta gritaria: — "Já lhe disse, por mais de uma vez, que não permito aos meus alunos que apareçam nas aulas sem gravata. Para a próxima ou não entra, ou, se entrar, ponho-o na rua!"

A sessão seguinte é subordinada ao tema "A Mulher e a Vida Social", realizando-se a 16 de Fevereiro. Como o dr. Costa Dias não havia podido intervir na sessão anterior, pelas razões acima aduzidas, estava previsto que o fizesse nesta.

Entretanto, na manhã do dia 16, o presidente da direcção da AAFDL dr. Adelino Palma Carlos é chamado ao director da Faculdade que lhe pergunta quem iria falar, ao que o dirigente responde que iriam os conferencistas previstos e mais o dr. Costa Dias, que não pudera falar anteriormente. O director da Faculdade insurgiu-se contra isto, dizendo: "Que durante toda aquela semana tinha havido reuniões do Conselho Escolar para a Reforma do Ensino e que, no final de todas as reuniões, Paulo Cunha movia uma campanha contra o ciclo dizendo que era incrível e inconcebível permitir-se que um comunista, o dr. Costa Dias, falasse na Faculdade; e que, só fora possível calar o prof. Paulo Cunha dizendo-lhe já não haver motivos para impedir o ciclo, uma vez que o dr. Costa Dias não falara por se encontrar doente. Dêste tipo de argumentação, invocado na altura a título particular, não sendo portanto aquele que posteriormente o prof. Palma Carlos aduzira, nem o constante dos comunicados, concluiu o director da Faculdade pela impossibilidade de o dr. Costa Dias falar.

Não encontrado pela direcção da AAFDL, à hora da sessão, o dr. Costa Dias entende por bem não tomar o seu lugar na mesa, sentando-se na assistência, que é constituída por cerca de 800 pessoas, em que se assinala a presença de alguns professores e assistentes (Palma Carlos, Prof. Paulo Cunha, Rui de Albuquerque e Miguel Galvão Teles) e quase toda a nossa intelectualidade progressiva.

Entra-se no período das Conferências: um dos intervenientes, o dr. Sérgio Ribeiro, começa por afirmar que, para si, é sempre um enorme prazer vir às Associações de estudantes, ainda que aqui deva excluir aquelas que são geridas não democraticamente por Comissões Administrativas, o que é saudado com uma enormíssima salva de palmas. O ambiente é escaldante. Os oradores são interrompidos amfide, sobretudo quando assinalam a situação de inferioridade da mulher em Portugal, comparando-a com a dos países capitalistas e socialistas.

Findas as conferências, deu-se início ao colóquio tal como acontecera em sessões anteriores. Perguntou então um dos assistentes a mesa, porque motivo o dr. Augusto da Costa Dias não proferira a sua conferência, já que o não havia feito na sessão anterior por motivo de doença, mas agora estava ali presente. Esta pergunta é corroborada de outros pontos da sala e uma espontânea e total ovacão dá-lhe o seu apoio. Findos os aplausos o prof. Adelino Palma Carlos, director da Faculdade de Direito, ergue-se e explica que o Dr. Costa Dias não pode falar, porque não havia estado presente na sessão anterior, altura em que havia sido autorizada a sua conferência, nem, a exemplo de um conferencista ausente, o prof. José Esteves, enviara o texto para ser lido. A sala protesta. O dr. Costa Dias pede a palavra, ao que parece para dizer que não falaria pois ainda se encontrava adoentado. Mas, nessa altura, o prof. Palma Carlos levanta-se de novo e interrompe-o intempestivamente, gritando por forma mal educada: "O senhor não fala, mas não fala mesmo!" Gera-se uma confusão indisciplinável. A assistência começa a gritar e a apurar o director da Faculdade, protestando contra a proibição e reclamando o dr. Costa Dias. O prof. Palma Carlos, já de cabeça-perdida,

resolve encerrar o colóquio. A sala redobra de protestos, gritando que ninguém abandonará a sala. Da assistência, o ex-reitor Paulo Cunha sorri satisfeitosíssimo, finalmente substituído como "bombo" da festa. A situação parece incontroável. Nessa altura interveio o presidente da Associação, pedindo silêncio no que é atendido.

No dia seguinte, 17 de Fevereiro, o prof. Palma Carlos recebeu três membros da direcção da AAFDL, tendo resultado do diálogo o seguinte: Que ele director se não oporia a realização do colóquio final "Perspectivas", nem à participação do Dr. Costa Dias na mesa desse colóquio; e que, embora admitisse que esta sessão viesse a ser proibida, garantia que não seria ele a tomar uma tal atitude.

Entretanto, a direcção da Associação recebeu posteriormente um ofício do prof. Palma Carlos proibindo o colóquio; sob o pretexto de que "a coberto dele, se praticavam actos de indisciplina intoleráveis, de que a Associação não será culpada, mas cuja repetição cumpre evitar."

Face a esta proibição foram publicados dois comunicados de protesto: um da direcção da AAFDL; outro das Associações de Estudantes de Lisboa que, não só se insurgiu contra a proibição, como marca a última sessão do ciclo para o IST.

Realiza-se portanto, no dia 23 e no IST, a sessão "Perspectivas" do ciclo a mulher, na presença de uma assistência "record": de 1.000 a 1.200 pessoas. Decorre sem incidentes de maior, ainda que o ambiente escaldante e os vivos aplausos que coram determinadas intervenções, tenham levado alguns dos conferencistas a exceder-se, afirmando coisas como: "a desalienação da mulher portuguesa só pode conseguir-se com uma revolução total das estruturas da sociedade". "Só um tipo de sociedade socialista pode resolver os problemas da mulher portuguesa", etc. etc. etc.

Sobre o ciclo da mulher, a secção cultural da AAFDL, publicou para além dum folheto e cartaz de propaganda, pequenos estudos. Em colaboração com uma editorial, serão também publicadas todas as conferências e um resumo das intervenções nos colóquios.

Lindley Cintra impedido de entrar em Espanha

O Prof. Lindley Cintra da Faculdade de Letras de Lisboa, católico bem conhecido pelas suas opções democráticas e pelo apoio que sempre tem dado aos estudantes na sua luta pela autonomia universitária e liberdade de associação, foi convidado por círculos católicos e organizações democráticas espanholas a proferir em Madrid uma conferência sobre a Universidade Portuguesa.

Chegado a Madrid, a polícia espanhola proibiu o Prof. Lindley Cintra de sair do aeroporto, obrigando-o a regressar a Lisboa no primeiro avião.

A atitude das autoridades policiaes espanholas obedeceu a interesses próprios e a um pedido da PIDE. Franco e Salazar, de mãos dadas, continuam a perseguir e a assassinar, como no caso do General Delgado, democratas portugueses.

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouçã a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS



Imagem de outra cena da peça de Peter Weiss "Canção do Espantalho Lusitano". O espantalho (um soldado, à direita, ao alto) está falando: "Lutamos não contra homens, mas contra animais selvagens".

AUMENTA A COMBATIVIDADE DA CLASSE OPERÁRIA

BARREIRO (Do Correspondente) — Em todo o País, embora em escala variável, de acordo com as condições objectivas locais e com problemas específicos de cada categoria profissional, observa-se uma tendência para a intensificação das lutas reivindicativas da classe operária. O aumento da cota tributária fascista, agravando as condições de vida dos trabalhadores, estimula a sua combatividade e trazendo os mais jovens para a luta, traduz-se na formação de novos e excelentes quadros cuja actuação no seio do proletariado nacional se está fazendo sentir da forma mais prodiosa.

Em um apanhado geral das lutas parcelares em que a classe operária esteve empenhada nos últimos meses.

NA CUF

Os trabalhadores da Cuf, do Barreiro discutem entre si as reivindicações da classe e o caminho a seguir. Fala-se que há a disposição de voltar a pôr ao patão o pedido de aumento geral de salários. Numa reunião de grupo o aumento foi falado pelos delegados operários. Uns pronunciaram-se pelo aumento geral; outros, admitiram que o aumento podia ser exclusivo por zonas, a não poder ser geral. Mas todos pensam que precisa uma melhoria de remunerações. Os delegados mostram-se na disposição de colocar o assunto na reunião com o patão, aumentando a proibição já mais que reiterada desses assuntos e as inextinguíveis ásperas reacções já habituais.

Verifica-se certo atraso no início das reuniões de sub-grupo. As causas foram a eliminação pelo patão dos delegados mais votados, o que obrigou a substituição por outros e consequente atraso no investimento das suas funções, e o afastamento do pessoal em relação à Comissão Interna da Empresa, por motivo das repressões variadas.

Porém, muitos operários continuam a ser de opinião que se deve utilizar a CIE e não deixar ao campo livre ao patão.

Na fábrica Tinto (produção de tintas, que ocupa uns 50 operários, instalada entre as muitas do complexo fabril da Cuf do Barreiro), há proposto ao pessoal o pagamento passar a ser feito nos dias 1 e 22 de cada mês, abonando a empresa 3 semanas para o operário se governar, em virtude de uma mudança os operários ficaram um período mais longo sem receberem salário. A cada operário foi entregue uma circular, pedindo uma resposta: Sim ou Não, ao problema proposto. A resposta de todos foi Não, e assim, unidos, impediram a entrada em vigor de um sistema que não os beneficiava, nem mesmo se deixando impressionar pelo abono das 3 semanas que a empresa concedia para evitar aos inconvenientes da mudança.

NA CARRIS

Os trabalhadores da "CARRIS", conquistaram no princípio deste ano os seguintes aumentos e regalias: pessoal das oficinas, aumentos de 16 e 18,00 diários; condutores, guarda-freios e chauferes, aumento de 10\$00 diários (2\$90 de aumento e 7\$10 de prémio). Os condutores passaram a receber mais 2\$00 diários a título de indenização pelo tempo que são obrigados a perder

quando fazem contas e entregam o dinheiro da cobrança (anteriormente não recebiam importância alguma.)

Férias: — com um ano de casa, 6 dias; com 5 anos de casa, 12 dias e com 15 anos de casa 19 dias.

Esta alteração nas férias beneficiava a maioria do pessoal, excepto aqueles trabalhadores que têm 21 anos de serviço, pois gozavam 20 dias a partir desse tempo de casa. Passam a receber um subsídio de férias de 50% sobre o salário correspondente aos dias que estão de férias (anteriormente não recebiam nada.)

Perde direito ao prémio durante a quinquena (os trabalhadores da Carris recebem à quinquena) todo o trabalhador que: — seja castigado, ainda que com uma simples repreensão; baixe por doença mesmo que seja apenas por meio dia. — O pessoal que atinja 60 dias de baixa não só perde o direito ao referido prémio como também precisará de trabalhar 6 meses para poder voltar a recebê-lo.

A maioria do pessoal da Carris, com destaque para o pessoal do "movimento" (1.700 homens), logo que teve conhecimento de que os aumentos eram apenas de 2\$90 e que os 7\$10 de prémio ficariam dependentes da administração, decidiu manifestar o seu desacôrdo contra tal critério. Um numeroso grupo, levando à frente muitos dos que se encontravam com baixa, dirigiu-se junto da administração para manifestar o seu descontentamento. Um dos directores presentes, o eng. Correia, com modos bruscos, respondeu-lhes que se quizessem fossem embora, pois não faziam falta, e que aos Serventes bastava que chegasse um barco das colónias com soldados para arranjar o pessoal que quizessem. Um dos trabalhadores presentes, ao ouvir a resposta do eng. Correia, chamou-lhe gatuno e disse-lhe que havia de chegar um dia em que eles teriam de pagar por tudo aquilo que têm feito ao pessoal.

Perante as posições tomadas pela administração, vários grupos de trabalhadores, por diversas vezes, têm ido ao Sindicato reclamar que este tome a defesa dos seus interesses. Outros trabalhadores, nomeadamente muitos dos que não têm recebido o prémio por estarem com baixa, têm enviado ao ministro das Corporações os recibos dos salários. Isto porque acreditam no boato que foi espalhado entre eles de que o ministro exigiu que ao pessoal fossem dados aumentos compensadores e desconhecera o que se passou, que seria da inteira responsabilidade da administração.

Entretanto, logo que foram anunciados os aumentos, apareceram junto da zona da Boavista vários piquetes da PSP. Também o eng. Caiola, que todas as quinquenas dá uma palestra ao pessoal sobre "boas maneiras", (a qual não se pode faltar sobre pena de castigo), resolveu nessa altura não a fazer, com receio de que o pessoal aproveitasse essa concentração para se manifestar.

Um outro facto que elucida bem o estado de espírito do pessoal do "Movimento" é o seguinte: quando um guarda-freio, que conduzia um eléctrico, contava revoltado à pessoas que iam junto dele, qual tinha sido o aumento e como o prémio lhes podia ser retirado pela administração, a um agente da

PIDE que se levantou para o ameaçar, respondeu-lhe que não tinha medo porque tudo o que dissera era verdade e como prova tinha o recibo do salário, que mostrou ao pide.

DIVERSAS

— Em Évora, 48 operários da empresa metalúrgica "Filhos" reclamaram aumento geral de salários. O patão concedeu aumentos a uns de 2\$00 e a outros de 5\$00. Descontentes com o aumento recorreram à cêra. Como a produção começasse a sofrer uma grande quebra, os patrões resolveram conceder aumentos de 10\$00 e 15\$00.

— Na Siderúrgica Nacional, em Paio Pires, — os problemas mais sentidos pelos operários nesta empresa são: as diferenças de salário que existem de categoria para categoria; e a obrigatoriedade de os operários fazerem horas extraordinárias servindo-se os encarregados do mais pequeno pretexto para castigar os que se recusam fazê-las.

— No Silva & Silva (Seixal), aos pedreiros e serventes que reclamaram aumento salarial junto do patão foi-lhes concedido um aumento de 5\$00 e 3\$00 respectivamente. Os que não reclamaram não foram abrangidos pelo aumento.

— Na Vaz Guedes, em Lisboa, no princípio de janeiro, os pedreiros conseguiram um aumento de salários de 3\$00 por dia. O seu salário é agora de 80\$00 e um prémio de 50\$00 por semana, se não perderem nenhum dia de trabalho. Os serventes também estão a lutar por aumento de salário. Este empregatário pretendia pagar os salários à quinquena, mas os pedreiros e serventes ameaçaram abandonar o trabalho se tal sistema de pagamento lhes fosse imposto e ele desistiu dos seus intentos.

— Na Rodilac, de Sacavém, em meados de novembro houve aumentos de 5\$00, 6\$00 e 4\$00, mas só foi abrangido o pessoal mais novo, eventual. O restante pessoal ficou descontente por não ter sido abrangido, especialmente os operários de fabrico, havendo, por isso, boa perspectiva de luta por melhores salários.

— A opinião de grande parte dos operários da empresa Olaio de Sacavém é de que estão a ser pagos razoavelmente. "E" dado como explicação o facto de nos últimos 4 anos terem passado do salário diário de 45\$00 em média para 76\$00, actualmente. Contudo, feito um estudo do aumento da produção nesse período verifica-se que esta quadruplicou e, nalgumas secções, mesmo, aumentou 7 ou 8 vezes! Nesta empresa, cerca de 30 operários, distribuidores e carregadores, sendo os mais mal pagos, são os mais responsabilizados no seu trabalho, pois têm de pagar os prejuízos nas mobílias a que causem prejuízo no seu transporte.

— Em dezembro de 66, os gerentes da fábrica de fiação e tecidos de Delães, Vila Nova de Famalicão, pertencente à firma Pinheiro Marques & Madeira, Ltda., atrasaram por alguns dias o pagamento da fêria de uma quinquena aos seus 700 operários. Estes protestaram junto da empresa e foram à secção do Sindicato existente em Delães e à delegação do INTP, em Braga, reclamar o pagamento da fêria em atraso, o que conseguiram.

— Os corticeiros do Montijo têm ido em pequenos grupos ao Sindi-

cato reivindicar a satisfação de algumas reivindicações da classe. Quando do último aumento dos 8\$00, a maioria dos corticeiros do Montijo já recebiam 4\$00 a mais do que em relação à tabela do antigo Contrato. Portanto só receberam 4\$00 e não 8\$00. Os corticeiros exigem o pagamento de mais 4\$00 para terem de facto 8\$00 de aumento. Neste momento muitas empresas já pagam mais 3\$00, 2\$00 e 1\$00 sobre o aumento dos 8\$00 do novo Contrato. Os corticeiros estão a reivindicar novos aumentos de salários. Outra reivindicação que os corticeiros exigem solução é o pagamento dos feriados sem desconto de horas de trabalho. Nenhum patrão paga os feriados sem descontos de horas de trabalho. Há apenas dois industriais que dizem estarem dispostos a darem os feriados sem descontos. São Varissimo & Antunes e Sabrex. A luta continua.

NA LISNAVE

A administração da Lisnave não quis dar a manhã de sábado de Natal aos operários, apesar de comissões operárias o terem pedido; como consequência desta recusa a quase totalidade dos operários faltou ao trabalho nesse dia. Perante este facto, a administração concedeu o dia de sábado da véspera de Ano-Novo.

Nesta empresa, nem sempre há serviço para os operários especializados, pelo que costumam mandá-los para outros serviços que muitas vezes não são compatíveis com as suas categorias profissionais. Assim, alguns desses operários recusaram-se a trabalhar nos serviços para onde os mandaram. A empresa, como represália, expulsou alguns deles.

Actualmente existem imensos operários de chefia. Em vez de darem aumentos gerais, aumentam sim mas através de aumentos individuais, e mais frequentemente através de promoções (sempre poucas e bem individualizadas) ou de atribuição de funções de chefia. O mesmo fenómeno se verifica no Barreiro.

Muitos barcos aqui reparados, embora portugueses, arvoram a bandeira do Panamá, sobretudo os que se destinam a pesca em águas do Senegal e outros países africanos.

Nos fins de dezembro 22 soldados desta empresa despediram-se em sinal de protesto e de solidariedade para com 3 dos seus colegas que, a pretexto de não haver trabalho na especialidade, pretendiam enviar para a pintura, o que eles recusaram.

Na "Lisnave" da Cova da Piedade no princípio do ano apenas foi promovido um reduzido número de operários. Dezenas de operá-

rios têm protestado junto dos chefes e nos escritórios por não terem sido promovidos.

Em meados de dezembro de 66 um grupo de ajudantes concentrou-se nos escritórios onde reclamaram a equiparação dos seus salários aos dos que têm mais de um ano de casa. A resposta da gerência foi de que está a estudar o problema. Com essa resposta, a administração vai ganhando tempo, quebrando a disposição de luta dos ajudantes, visto que completando um ano de casa, passam a ter um salário igual ao dos seus colegas.

O número de técnicos estrangeiros, na empresa, principalmente suecos e holandeses tem aumentado nas últimas semanas. Cada vez exigem maior produtividade. Andam constantemente sobre os operários e não consentem que eles endireitem as costas. Exigem o cumprimento rigoroso dos tempos estabelecidos no trabalho à ficha.

Os operários que antes conseguem tirar 500.00 de prémio por quinquena, agora não conseguem tirar nada, porque esses tempos que constituíam o prémio passaram a figurar nas fichas como tempo estabelecido para a execução do trabalho a realizar. O trabalho à ficha está a ser cada vez mais generalizado em toda a empresa.

NO ALFEITE E NA PARRY & SON

No Arsenal do Alfeite, o chefe dos soldadores da caldeiraria pretendia dar a fazer horas extraordinárias a 2 soldadores em cada semana. Os restantes combinaram ir junto do chefe reclamar que fossem dadas a todos ou então a nenhum. O chefe resolveu dar a todos.

Tem havido muitos protestos contra a má qualidade da comida no refeitório da F.N.A.T.. Quem quiser protestar tem que ir para uma fila. Chegam a participar nessas filas mais de 50 pessoas.

Os operários da Parry & Son de Cacilhas, aproximadamente 700, recusaram-se a fazer horas extraordinárias durante quase 15 dias e reclamaram um aumento geral de salário.

Com o objectivo de quebrar a unidade dos operários a administração anunciou a promoção de vários operários das várias secções excepto da Caldeiraria, por ser considerada a mais "rebelde", começando assim que alguns comessem a fazer horas extras. Os operários responderam energeticamente à traição destes "amarelos", atirando-lhes com pedaços de desperdícios embebidos em óleo para cima e chamando-lhes porcos e desgraçados.

AS LUTAS NO CAMPO

EVORA (Do Correspondente)

— Nos últimos meses, as lutas no campo, especialmente no Alentejo, têm-se intensificado, sendo de prever que a partir de maio, com o início das ceifas, se elevem a um nível superior, graças sobretudo ao fortalecimento da unidade entre os operários agrícolas, fortalecimento que se traduz imediatamente na organização das ações desencadeadas contra os grandes agrários e em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

Apresentamos abaixo um balanço das últimas lutas de que temos notícia.

Em Montemor do Novo, os latifundiários da região, ao tomarem conhecimento de que os trabalhadores da apanha da azeitona exigiam jornas de 40\$00 para os homens e 24\$00 para as mulheres, apressaram-se a fazer saber que só pagariam jornas de 35\$00 e 20\$00, respectivamente. Depois, como vissem que os trabalhadores estavam firmes nas suas reivindicações tentaram, tal como nos anos anteriores, dar a azeitona de empreitada para assim dividir os trabalhadores. Mais uma vez eles responderam aos agrários com a sua unidade e firmeza, não aceitando as empreitadas e exigindo a jorna de 40\$ e 24\$00, o que acabaram por conquistar.

Outro exemplo de firmeza e unidade combativa dos operários agrícolas passou-se na herdade do Vidigal do agrário "Perna de Pau". Um rancho de

de 20 trabalhadores recusou-se a pegar no trabalho da apanha da azeitona, porque este agrário depois de lhes ter prometido os 40\$00 aos homens e 24\$00 às mulheres, ordenou ao manageiro, quando eles iam começar a trabalhar, que lhes transmitisse que só pagaria os 35\$00 e 20\$00 respectivamente. Todos unidos recusaram-se a pegar no trabalho enquanto não lhes fossem garantidos novamente os 40\$00 e 24\$00 que o agrário se apressou a pagar.

Um rancho de 40 mulheres foi desmolar por conta do agrário José Felício sem jorna estabelecida. Ao segundo dia de trabalho, a hora de irem entregar, algumas trabalhadoras começaram a retirar as panelas da "cozinha" por não saberem quanto ganhavam. Todas as outras que já seguiam para o trabalho ao verem o que as suas companheiras estavam a fazer voltaram para trás e fizeram o mesmo combinando logo ali que não pegavam no trabalho por menos da jorna de ... 24\$00. O patrão oferecia só ... 18\$00. Entretanto quase ao fim de 1 hora de estarem paradas algumas trabalhadoras começaram a dizer que pelos 22\$00 iam entregar, o que foi ouvido pelo feitor que se interpôs à frente do agrário propondo-lhe ser ele a estabelecer a jorna. O latifundiário acedeu e o feitor ofereceu os 22\$00, aceitando todas.

Em dezembro e princípios de janeiro houve desemprego nes-

(Continua na pág. 7)

Pela amnistia e contra a repressão

SEVERIANO FALCÃO EM LIBERDADE

A luta pela libertação dos presos políticos é uma das tarefas mais difíceis de lograr êxito em países dominados por regimes fascistas, como Portugal, onde quase diariamente se registram novas prisões e onde a arbitrariedade está erigida em Lei.

Entretanto, a experiência mostra que os fascistas não são insensíveis à pressão da opinião pública nacional e internacional quando estas se exercem vigorosamente. Aos sucessos alcançados nestes últimos meses, na campanha pela libertação dos patriotas portugueses encarcerados nas masmorras salazaristas, junta-se uma nova vitória: a libertação de SEVERIANO FALCÃO.

Preso, pela segunda vez em 1958 e condenado a 2 anos de prisão e "medidas de segurança", Severiano Falcão passou mais de 14 anos nos cárceres fascistas.

Outros patriotas, como SOFIA FERREIRA, VARELA GOMES, MANUEL SERRA, AGOSTINHO SABOGA, ABOIM INGLÊS, JOSE' BERNARDINO, permanecem doentes e há longos anos nas cadeias da ditadura. Urge intensificar a luta pela sua libertação.

NEM UM SO' PRESO PARA FORA DO CONTINENTE!

A campanha que se desenvolve em Portugal sob a palavra de ordem "Nem um só preso político para fora do Continente!", ganha dia a dia maior amplitude, encontrando da parte de todas as camadas da população o mais decidido apoio. Dezenas de cartas, telegramas, abaixo-assinados, têm sido enviados ao Ministro da Justiça protestando contra a ameaça de deportação dos presos políticos para os campos de concentração nas colónias.

Em Torres Novas foram obtidas, recentemente, milhares de assinaturas em documentos dirigidos às autoridades fascistas em que se reclama Amnistia, o fim das "medidas de segurança" e a revogação do decreto que permite a deportação dos presos políticos. No Porto, circularam também dois abaixo-assinados protestando contra a repressão e reclamando a libertação de patriotas presos, originários daquela cidade, como NATALIA DAVID e ALBINA FERNANDES, e que foram subscritos por centenas de portugueses.

Ante o agravamento da repressão, da situação nas prisões e a ameaça de deportação para os campos de concentração em África dos melhores combatentes da Democracia, impõe-se que os democratas portugueses do exterior, seguindo o exemplo dos antifascistas do interior, reforcem a sua luta unitária e desenvolvam acções concretas para ajudar a varrer da terra portuguesa Salazar e a sua camarilha.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Ao mesmo tempo que no interior do país cresce a luta contra a repressão, no estrangeiro amplia-se também a campanha de solidariedade às vítimas do fascismo.

A Organização das Mulheres de Liverpool (Inglaterra) enviou por ocasião do Dia Internacional da Mulher — 8 de março — várias encomendas e mensagens aos presos políticos e suas famílias.

Comemorando a mesma data, a Federação Democrática Inter-

nacional das Mulheres, o Comité das Mulheres Soviéticas, a Liga Democrática das Mulheres Finlandesas e o Comité das Mulheres Bulgaras, enviaram igualmente mensagens às mulheres portuguesas.

A União Internacional da Juventude Socialista, no seu encontro realizado em Espanha, de 3 a 5 de Fevereiro passado, manifestou a sua "repulsa pelo governo fascista de Salazar" e acentuou a necessidade de reforçar a solidariedade à luta pela liberdade da juventude e do povo português.

No Canadá prosseguiu o debate na grande imprensa, sobre a grave situação dos presos políticos portugueses.

Em 28 de Fevereiro o Professor de Direito de Toronto Mac Guigan, que é igualmente Presidente da Associação Canadense pelas Liberdades Civis publicou um longo artigo no "Globe and Mail" (um dos maiores órgãos da imprensa de expressão inglesa no Canadá), analisando em pormenor a legislação repressiva salazarista.

A 3 de Março o Sr. Cornélio da Silva, consul de Salazar em Toronto, procurou sacudir a água do capote, numa carta dirigida ao mesmo jornal, afirmando que a actuação da PIDE não diferia muito da actuação da polícia de vários países ocidentais!

Uma semana depois, o Rev. Kimball, Presidente do Comité Canadense pela Amnistia em Portugal e o Prof. Mac Guigan, salienta em resposta ao mesmo jornal, que o governo canadiano afirmara recentemente no Parlamento Canadense o "não possuir quaisquer informações que lhe permitisse contrariar" as acusações de violação dos Direitos do Homem em Portugal. E sublinham ainda a sua estranheza perante as repetidas recusas do consul salazarista em receber delegações canadianas que reclamam a libertação dos presos políticos portugueses.

O ÓDIO À CULTURA

A perseguição a tudo que represente cultura e instrução popular em Portugal, é uma das preocupações dominantes da ditadura salazarista.

Além dos conhecidos métodos de terror cultural usados pelo fascismo português como a censura prévia à imprensa, a prisão de intelectuais, a dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores, a apreensão de livros e revistas, o encerramento de editoras, outras medidas contra a cultura nacional tem sido tomadas, ultimamente, pelas autoridades fascistas.

Recentemente, Ruggero Jacobbi encenador italiano convidado pelo Círculo de Cultura Teatral para dirigir um curso de encenação no Teatro Experimental do Porto, foi expulso do país pela PIDE.

O ódio fascista à cultura chega ao ponto de proibir, através da censura, a publicidade nos jornais dos cadernos antológicos de cinema e teatro "PLANO" (editados no Porto) e até o anúncio de espectáculos que a conhecida atriz MARIA BARROSO apresentou na capital do norte. Em Santarém, na noite em que o escritor TENGARRINHA ali foi realizar uma conferência, a PIDE e PSP realizaram mais uma operação "stop" revistando, à entrada da cidade, todos os veículos.

A repressão à cultura e instrução popular culminou com a censura prévia ao livro, que denunciamos noutro local desta edição.

PRISÃO DE ESTUDANTES FERIDOS EM ACIDENTE

No dia 24 de março deu-se um acidente de viação de que resultaram ferimentos em dois jovens universitários do Porto e a morte de uma jovem locutora do Rádio Clube Português.

Instantes após o acidente (o que leva a crer que os jovens estavam a ser perseguidos) compareceu no local a PIDE que conduziu um dos jovens, Antonio Francisco Cachapuz, estudante da Faculdade de Ciências do Porto, ao Hospital de Santo Antonio, onde os médicos de serviço, perante a gravidade dos ferimentos, exigiram o internamento para observações do jovem ferido. Entretanto, a PIDE não atendeu às exigências dos médicos e servindo-se do parecer do seu "médico", o famigerado Ulisses dos Santos, levou o jovem para a sua "enfermaria" na rua do Heroísmo.

O outro jovem acidentado, José Nozes Pires moçambicano também estudante, da Faculdade de Letras, com ferimentos gravíssimos, foi internado no Hospital de S. João do Porto, sob prisão.

Passados dias, em 29 de março, foi preso pela PIDE o jovem escultor José Manuel Garrett Castro Guimarães, professor numa escola técnica e antigo presidente da Associação dos Estudantes da Escola de Belas Artes do Porto, que era o proprietário do carro sinistrado.

Os estudantes do Porto, em face destes acontecimentos solidarizaram-se ao Reitor e Vice-Reitor da Universidade a sua intervenção junto das autoridades policiais ao mesmo tempo que em grupos se dirigiram à PIDE para saber informações e deixar alimentos para o colega detido, o que lhes foi negado.

Segundo o nosso correspondente, a classe estudantil portuguesa continua a luta de solidariedade aos colegas presos, estando disposta a acções mais vigorosas para libertar os estudantes presos.

Censura Prévia

(Continuação da pág. 1)

Ao trazer êsse atentado obscurantista contra a cultura ao conhecimento da opinião pública brasileira, a Unidade Democrática Portuguesa pede e agradece a solidariedade dos escritores, dos jornalistas, dos universitários e dos estudantes do Brasil e bem assim de todas as entidades de classe ligadas à defesa da Cultura, esperando que se manifestem publicamente contra o ato medieval do governo de Salazar.

sa.) Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues, Manuel Moura e Carlos Neves.

Pequenas Notícias

→ Segundo comentário de Newton Carlos, publicado na "Folha de São Paulo, de 29 de março pp., o ministro das Relações Exteriores do Brasil, sr. Magalhães Pinto, "Considera inevitável uma mudança em relação a Portugal, já que o Brasil tem interesses comuns com os países subdesenvolvidos da África.

→ Sob o título "A arma secreta de Salazar em Angola", o jornal pró-salazarista "O Globo", do Rio de Janeiro, em correspondência de Londres alude à questão do minério de ferro de Cassinga, informando que, graças ao capital alemão, a Companhia do Lobito espera produzir cinco milhões de toneladas de minério no decorrer de 1968.

→ O governo de Salazar prepara um novo imposto: "o imposto de guerra", cujo montante ainda não foi fixado.

→ Três centenas de camponeses da bacia do Mondego estão ameaçados de expulsão das terras que ocupam, na região de Santo Várão, em Montemor o Velho, há muitas gerações.

→ Em Portimão e Lagos várias traineiras foram desarmadas por falta de pescadores. Estes em face das condições de trabalho, preferem dedicar-se à construção civil.

A Polícia despejou (leia-se expulsou) cerca de 500 pessoas que viviam em cabanos na Calçada do Rio, em Algués.

O jornal iugoslavo "Borba" publicou uma série de artigos sobre a situação em Portugal em que o autor denuncia a guerra colonial, o domínio dos monopólios estrangeiros e a crise criada pela emigração maciça dos trabalhadores, assinalando o profundo descontentamento popular existente.

Num comício de solidariedade ao povo português realizado numa escola de Moscovo foram entregues pelas crianças soviéticas a delegação portuguesa presente abaixo-assinados com 3.500 assinaturas.

O jornal francês "L'Humanité" publicou um artigo de André Frederique, intitulado "Natal em Caxias" em que aquele jornalista relata a vida, a luta e o heroísmo de presos políticos como Sofia Ferreira, Fernanda Tomaz, Alda Nogueira, Colélia Fernandes e de outras patriotas encarceradas no sinistro presidio.

O ministro fascista das Corporações, Gonçalves Preença confessou em discurso recente que 50 por cento da população activa portuguesa não beneficia ainda de qualquer das formas de segurança social que vigoram em Portugal.

Em Ponta Delgada prosseguem activamente os trabalhos de construção de depósitos subterrâneos para carburantes destinados à NATO. O custo das obras é avaliado em 250.000 contos.

A nova proposta de lei sobre o serviço militar inclui uma inovação que foi recebida com viva repulsa pela população: o serviço voluntário para mulheres.

O total de veículos motorizados registados em 1965 em Portugal era de 377.800, dos quais 243.000 eram automóveis de passeio e 86.500 veículos comerciais. Dos carros de passeio, 102.000 (42%) eram de procedência alemã e 85.000 (27%) de origem britânica.

Entre 1956 e 1965, 413.515 emigrantes (excluindo a emigração clandestina) deixaram Portugal. A emigração para o Brasil em 1965 atingiu apenas 2% do total desse ano, não excedendo 1852 pessoas.

No ano findo a Siderurgia Nacional, controlada pelo grupo Champallimaud, produziu cerca de 200.000 toneladas de aço. Apesar das reservas de minério de ferro de Moncorvo serem avaliadas em 500 milhões de toneladas, Portugal teve de importar ferro para abastecer a indústria siderúrgica.

A Dinamarca também está interessada no sistema angolano. A firma Hojgaard & Schulz, de Copenhague é um dos acionistas importantes da Lobito Mining Company.

Uma manifestação coletiva de protesto da guarnição da fragata "Corte Real" — recusa de sair de licença — ferçou o im-

diato, capitão-tenente Elpidio, a pôr termo à sua política de abusos e violências para com os cabos e marinheiros.

Na Cidade Universitária de Lisboa trem de mão em mão vinhetas exigindo a libertação de JOSE' BERNARDINO.

Apesar do clima de terror e da vigilância da PIDE, o povo de Lisboa e Porto comenta nas ruas, inclusive nos transportes colectivos, os programas da rádio Portugal Livre e da rádio Voz da Liberdade, cujos índices de audiência são cada vez maiores.

A recusa dos bancos em descontar letras vem agravando sensivelmente a situação da pequena e da média indústria.

Setenta e sete médicos do Hospital Escola São João, do Porto, enviaram um abaixo-assinado ao ministro da Saúde protestando contra o modo de distribuição das receitas oriundas da prestação de serviços a beneficiários dos serviços Médico-Sociais das Caixas de Previdência.

Apêlo contra o terror policial

(Continuação da pág. 4)

cia, de alguns dos melhores filhos do povo, que de longe vem a abrir caminho através das "medidas de segurança" e do terrorismo policial nas fortalezas fascistas, culmina neste momento no plano gizado pelo governo de Salazar, na fase de crise geral do regime, e tornar-se-á um facto se não lhe opusermos rapidamente a barreira de uma vontade única, solidária, que responda à monstruosa violência que se prepara.

As vidas dos nossos presos políticos estão confiadas à guarda da solidariedade nacional e internacional e os êxitos extraordinários obtidos pelo seu esforço conjunto na campanha contra as "medidas de segurança" autoriza-nos a manter a mais encorajadora e dinâmica esperança em presença da ameaça tremenda que se ergue.

O fascismo pretende agir como se ignorasse o peso da opinião pública internacional e da sua actuação solidária e efectiva na luta contra a repressão em Portugal.

Tarefa premente, de proporções únicas, é esta que se impõe, em que empenharemos toda a nossa vontade, todo o vigor combativo da nossa coerência de homens e de mulheres que não renunciam à justa causa que tem em vista a defesa da saúde, da vida e da liberdade dos presos políticos.

Mais uma vez, em face de uma grave ameaça, o povo de Portugal e os democratas, os núcleos da emigração portuguesa, e a solidariedade dos homens progressivos e dos povos do mundo inteiro serão mobilizados e farão sentir aos governantes fascistas que as suas mãos não estão livres, como sonham, para pôr em prática os seus planos de liquidação dos patriotas portugueses.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

MOÇAMBIQUE

Segundo recente comunicado distribuído em Lusaka pelo Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), forças perenentes a esta organização nacionalista teriam levado a cabo nos últimos meses importantes ações de guerrilha nos distritos de Tete, Manica e Sotola e Zambézia. Tendo em conta a intensa ação desenvolvida nos distritos de Cabo Delgado e Niassa pelas forças da FRELIMO, verifica-se que é cada vez mais problemática a situação enfrentada pelo exército colonialista, dada a enorme dispersão das zonas de combate e a importância das forças lançadas à luta pelas organizações nacionalistas.

Informa o comunicado do COREMO que em 5 meses de operações foram mortos 71 soldados portugueses, postos fora de ação 19 veículos militares, destruídas 15 pontes e inutilizadas diversas estradas. As ações mais importantes ter-se-iam desenvolvido no distrito de Tete.

De acordo com as mesmas informações os veículos destruídos abrangiam 8 jeeps de fabricação norte-americana, 5 Austin de origem inglesa, 4 caminhões Berliet, franceses, e dois Mercedes-Benz, alemães. As armas e munições capturadas pelos nacionalistas eram de origem norte-americana, belga, francesa e alemã.

O comunicado acrescenta que como represália as forças por-

tuguesas estão prendendo em massa homens, mulheres e crianças desde a idade de 12 anos, levando-os para campos de concentração onde é feita a triagem: os suspeitos de terem ligações com as organizações nacionalistas permanecem nos campos de concentração recebendo um tratamento que visa ao seu extermínio gradativo enquanto os restantes são entregues às entidades públicas e às empresas privadas para as quais passam a trabalhar obrigatoriamente durante 9 meses sem receberem qualquer salário. A par disso, as tropas portuguesas levam a cabo expedições punitivas contra as povoações, chacinando populações nativas da região de Zumbó, que, por serem portadores de primitivas armas destinadas à caça de animais, foram considerados guerrilheiros e fuzilados junto à sede do posto administrativo, tendo sido obrigados a assistir à execução centenas de outros habitantes nativos da região.

GUINE'

A insistência dos comandos fascistas em pretender reconquistar certas posições situadas nas áreas controladas pelas forças nacionalistas tem resultado em grande número de baixas e perdas materiais entre a tropa portuguesa, sem a contrapartida de qualquer sucesso nas ações empreendidas. Isto tem-se verificado particularmente na região de Boé, onde uma coluna que tentava atingir a localidade de Béli teve, numa só emboscada, 47 mortos, apesar de socorrida pela aviação.

Na região de Xitole-Bafatá, ao norte do rio Corubal, o exército colonialista conseguiu desencadear algumas ações ofensivas. Não tendo, porém, conseguido estabelecer contacto com as forças nacionalistas, que evitaram o combate por se acharem em inferioridade numérica, empenharam-se na destruição de diversas aldeias, abatendo os elementos da população que puderam encontrar.

O EIXO LISBOA-BONN

"Já em 1952 se verificava um "complot" reaccionário entre Bonn e Lisboa. Quando então os membros do Pacto do Atlântico se reuniram na capital portuguesa, foi o governo de Lisboa o primeiro a exigir a admissão da Alemanha Ocidental na NATO. Quando em 1955 foi criado o "Bundeswehr" (exercito alemão federal) e Bonn não possuía ainda industria de armamento própria, era Portugal quem lhe fornecia munições. Em 1960, partia para Portugal o então ministro da Guerra Strauss.

Dois anos depois, negociavam Strauss, o general Panitzki e alguns "peritos" sobre a base militar de Beja. Resultado: em 1963 concluíram os dois ministros da guerra, von Hassel e Araujo, um tratado de arrendamento. O "Bundeswehr" começou a construir no sul de Portugal a sua maior base militar em território estrangeiro, um aeroporto para aviões a jacto, campos de treino, bases de reabastecimento, depósitos de armas, oficinas de reparação e hospitais militares. 500 oficiais e soldados instalaram-se em Portugal sob o comando do brigadeiro Herbert Becker. Entretanto, estão a ser construídas 1.500 habitações para o "Bundeswehr". Em 1968 devem estar prontas todas as instalações.

16,3% das importações da Alemanha Ocidental provém de Portugal, sendo assim o seu mais importante parceiro comercial. A DEMAG constrói em Portugal, perto de Lisboa a fundição do Seixal, que é importante para a industria de armamento.

A estreita cooperação militar e económica é expressão de íntimos interesses políticos. Além de Schröder e Strauss, já visitaram Portugal o ministro da guerra von Hassel, o vice-presidente do "Bundestag" Dr. Jäger, o ministro das comunicações Seehorn e o ministro da agricultura, Schwarz; Adenauer, Erhard, von Hassel e Globke foram condecorados pelo ditador Salazar com altas ordens; Erhard e Abs, o maior banqueiro alemão, são doutores, "honoris causa" de Universidades portuguesas; Von Hassel recebeu, em maio de 1965, em Lisboa, das mãos de Salazar, a Grã Cruz da Ordem Militar de Cristo.

O que ambos os parceiros esperam destas suas relações é dito por Bonn com uma clareza que não deixa nada a desejar.

(in Neue Berliner Illustrierte, n. 46, Nov. de 66)

A Saúde em Angola

(Continuação da pág. 2)

governamentais, e que se destinam quase exclusivamente à população dita "assimilada" dos grandes centros urbanos, as grandes empresas monopolistas estrangeiras e capitalistas portuguesas que exploram in loco as riquezas do país, mantêm serviços de assistência médica destinados à grande massa de trabalhadores agrícolas, dos operários da industria de transformação e das concessões mineiras, dos trabalhadores forçados dos Portos, das Estradas e dos Caminhos de Ferro, através de serviços especializados como os da Companhia dos Diamantes de Angola (DIAMANG), de relativo valor social, ou de avencas a médicos ou enfermeiros cuja acção é meramente teórica.

A assistência médica em Angola aos naturais do país, sob a administração colonial que nos oprime e explora é de baixo nível científico e de fraco valor terapêutico. A atenção que lhe é dispensada pelo Governo, está bem clara no balanço comercial da colónia. O total das importações em 1960 (5), cifra-se em US \$765.000 dólares de antibióticos, US\$ 1.860.000 dólares de outros medicamentos, mas atin-

ge um montante de US \$13.000.000 dólares só de vinho!!!

A Saúde e a Assistência Médica, não constituem senão um aspecto das relações de parasitismo, do pecado original, das relações de um país dos mais atrasados da Europa e duma colónia das mais ricas da África. A elevação do nível científico da Medicina, a extensão duma assistência médico-sanitária à toda a massa laboriosa dos "indígenas", só pode ser efectiva com a liquidação total e completa do colonialismo.

Esta é uma das tarefas fundamentais do Movimento Popular de Libertação de Angola, na sua luta pela independência Nacional.

Dar-Es-Salaam - Março de 1967

- (1) — Statistical Yearbook, 1962 United Nations.
- (2) Monthly Bulletin of Statistics, February 1967 United Nations
- (3) Anuário Estatístico de Angola, 1960
- (4) A ANANGOLA, foi extinta pelas autoridades coloniais "por actividades subversivas" em 1966.
- (5) Statistical Yearbook, 1962. United Nations.

O general Norton de Matos e o fascismo

O General José Mendes Ribeiro Norton de Matos serviu a República Portuguesa, exercendo na administração pública e na diplomacia, os mais altos cargos. A Primeira República Portuguesa deve-lhe uma obra de governador colonial que tem de ser considerada no contexto do tempo e em relação com a opinião pública internacional da época: a primeira República Portuguesa deve-lhe a preparação militar da intervenção ao lado dos aliados contra os agressores alemães na guerra de 1914-1918; a Primeira República Portuguesa deve-lhe a continuidade da acção diplomática do grande estadista Manuel Teixeira Gomes junto do Governo britânico.

Mas o General Norton de Matos não foi apenas e com grande distinção, um dos grandes homens de Estado da Primeira República. O General Norton de Matos foi também, no plano da acção legal e no plano da acção clandestina, um dos mais intrépidos combatentes por um Portugal Livre e Democrático. Tendo sucedido a Sebastião Magalhães de Lima, no cargo de Grão-Mestre da Maçonaria portuguesa, o General Norton de Matos, dirigiu em várias ocasiões ações de resistência ao fascismo salazarista. Partidário da unidade de acção, das forças democráticas e operárias, o General Norton de Matos foi um dos organizadores do MUNAF e presidiu ao Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista onde, acompanhado por homens como os Professores Bento Caraça, Barbosa de Magalhães, Azevedo Gomes, Almirante Afonso Cerqueira, General Louceiro de Albuquerque, Dr. Jacinto Simões, exerceu a influência que a sua forte personalidade, a sua experiência e valor intelectual largamente justificavam.

Escolhido, na qualidade de Presidente do Conselho Nacional da República de Unidade Anti-Fascista, para se apresentar como candidato da oposição democrática à Presidência da República, o General Norton de Matos foi verdadeiramente plebiscitado pelo Povo, tendo sido objecto de impressionantes e apoteóticas manifestações em Lisboa, na memorável sessão de A VÓZ DO OPERARIO, em Évora e no Porto. Na capital do Norte, o General Norton de Matos foi aclamado por mais de 100 mil portugueses.

Não podem os fascistas salazaristas — sem praticarem uma mistificação desputadora — tentarem a operação escandalosa de pretenderem apropriar-se do nome de um homem que sempre os condenou e combateu.

Se a lei dos anos lhe permitisse estar hoje entre os combatentes anti-fascistas e anti-colonialistas, o homem inteligente, de carácter e liberal que era o General Norton de

Matos, estaria fatalmente com os que condenam a política salazarista que entrega a Pátria à dominação estrangeira, que compromete a independência nacional, que cava entre os homens portugueses e os nossos irmãos africanos o abismo da repressão, do terror, do genocídio, o abismo duma guerra colonial criminosa.

A exploração salazarista do prestígio de um homem que foi um alto valor cívico da Primeira República e um intrépido resistente anti-fascista, mostra bem a pobreza e a desvergonha de um regime condenado pelo nosso Povo, condenado pela ONU, condenado pela História.

Nós democratas, prestamos ao General Norton de Matos, nosso companheiro da resistência ao salazarismo, uma homenagem sincera, com o respeito que devemos ao soldado do mesmo combate, ao dirigente unitário, ao homem de Estado cujo nome já pertence à História de Portugal contemporâneo.

E homenageamo-lo, erguendo bem alto, o estandarte da Unidade, da Liberdade, da Democracia. Norton de Matos está Presente, porque como cantou um grande poeta, nesta batalha por um Portugal livre e democrático "até os mortos vão ao nosso lado".

(Transmitido pela Radio Voz da Liberdade, Argel).

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º
CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Murici, 712
LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira — Rue Jolly, 77 Schaerbesk — Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário

A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urad/Indriáská UL. C.14 Schránka 546 — Praha 1 Tchecoslovaquia

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" — 29, Rue St. André des Arts. — Paris — 6.º eme.

REDAÇÃO:
Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

Caixa Postal 6248
Composto na
Editora Gráfica Supertipo Limitada
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NC\$ 0,20
Assinatura anual NC\$ 3,00

ANO XI - N.º 117 — MAIO DE 1967

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade

Aos leitores

O recente aumento das taxas do correio, no Brasil atingiu-nos duramente, como já salientamos, tornando pesadamente deficitário o nosso orçamento, pois nele uma verba das mais importantes é justamente a da expedição postal.

Novo aumento está anunciado para breve

Dirigimos por isso, uma vez mais, um apelo aos nossos amigos, espalhados por todo o mundo, para que venham em nosso auxílio com contribuições extraordinárias. Pedimos, por outro lado aos assinantes que ainda não saldaram as suas assinaturas para o corrente ano o favor de o fazerem prontamente.

O novo preço da assinatura anual é de NC\$ 3,00 (três cruzeiros novos) equivalentes a 3.000 cruzeiros velhos.

O Escândalo dos Passaportes

Democratas Portugueses Mobilizam-se contra Arbitrariedades Consulares

Durante todo o mês de Abril assumiu extraordinária amplitude o movimento desencadeado pelos democratas portugueses do Brasil para desmascarar os abusos praticados pelas autoridades fascistas no tocante à recusa sistemática de passaportes a elementos anti-salazaristas.

A campanha, inicialmente circunscrita ao Brasil, ganhou rapidamente repercussão internacional graças, por um lado, às referências que lhe fizeram as agências noticiosas e grandes órgãos de imprensa, e, por outro, à imediata e eficaz participação da Frente Patriótica de Libertação Nacional, dos núcleos da emigração democrática e dos Comitês para a Amnistia.

A ACÇÃO DA F.P.L.N.

A Junta Revolucionária Portuguesa da FPLN, logo que tomou conhecimento do documento endereçado à Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas pela Unidade Democrática Portuguesa, dirigiu-se aos seus grupos de trabalho espalhados pela Europa, dando-lhes conta da iniciativa e propondo-lhes uma acção idêntica. Além disso, decidiu: 1) Escrever a Comissão dos Direitos do Homem, apoiando o Memorial da Unidade Democrática Portuguesa; 2) Transmitir o texto pela Rádio "Voz da Liberdade"; 3) Editar o documento em francês e português, de forma a assegurar-lhe a maior divulgação possível.

NA VENEZUELA

A Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, considerando que os consulados salazaristas naquele país vêm também negando arbitrariamente passaporte a numerosos democratas portugueses, enviou na segunda quinzena de abril um documento similar ao da UDP à Comissão dos Direitos do Homem.

Na Suécia, a iniciativa alcançou também considerável repercussão bem como na Noruega e na Dinamarca achando-se em curso uma campanha destinada a assegurar-lhe a maior divulgação possível.

NO BRASIL

A reportagem que a respeito do assunto publicou o "Jornal da Tarde" no dia 4 de Abril, alvoroçou toda a colónia portuguesa, colocando o Consulado no banco dos réus. "O Brasil — assinalava aquele vespertino — é uma grande cadeia sem grades para os exilados de Salazar. Eles estão condenados pelos diplomatas de Portugal, que fazem o papel de carcereiros na história, a ficar presos para sempre no Brasil. Essa prisão perpétua é imposta pelos Consulados do Rio e São Paulo".

A Agência "Asapresse", que distribui o seu serviço a centenas de jornais espalhados por todos os Estados do Brasil, ocupou-se também do caso, numa reportagem que levou o "escândalo dos passaportes" ao conhecimento de milhões de brasileiros. A Rádio Marconi dedicou-

lhe igualmente um excelente comentário.

NA CAMARA FEDERAL

Como era natural, a denúncia dos democratas portugueses acabou por repercutir na Câmara dos Deputados, em Brasília. Na sessão do dia 6 de Abril, o deputado David Lerer levantou o problema, condenando com veemência da tribuna a atitude dos consulados salazaristas, e hipotecou a sua irrestrita solidariedade à campanha de protesto e esclarecimento desencadeada pelos democratas portugueses.

FALA CASTRO SOROMENHO

O jornal "Semana Portuguesa de Santos" publicou a respeito do caso uma série de entrevistas com individualidades a quem os consules salazaristas têm negado passaporte entre os quais os srs. Engenheiros Santos Baleisão e Carlos Cruz e o pintor Fernando Lemos. Transcrevemos abaixo duas passagens das declarações do escritor Castro Soromenho, actualmente professor na Universidade de São Paulo:

"Depois de seis anos de residente em Paris (onde me encontrava quando a PIDE assaltou o meu apartamento em Lisboa, fazendo mão baixa de meus papeis e livros de trabalho de escritor), o Consulado Português, onde eu estava registado e me passara e renovara passaportes, recusou-me em 1965 a renovação do passaporte com que eu tinha ido aos Estados Unidos da América, contratado pela Universidade de Wisconsin e à Rússia, a convite da União dos Escritores Soviéticos e como observador, no Congresso dos Escritores da Europa Ocidental, em Leningrado.

O cônsul informou-me que tinha instruções do Governo para só me dar passaporte para Portugal, via Espanha, em viagem a efetuar durante um ano (isto é, se não fosse, ao fim de ano ficaria em Paris indocumentado, em risco constante de expatriação). Aceitei esse passaporte que me destinava às prisões fascistas porque se trata de um documento revelador da política do Estado Novo na sua perseguição aos democratas exilados: regressar a Portugal — a Caxias, Peniche ou Tarrafal ou ficar prisioneiro no país estrangeiro onde residem".

E, mais adiante, Castro Soromenho afirmou:

"Os democratas no exílio não podem exigir ao governo fascista que respeitem os direitos do cidadão porque para eles a legalidade é letra morta. Os direitos consignados pela Constituição são para inglês ver. Mas podem e devem desmistificar, no plano internacional, os processos de que eles se servem, numa tentativa para fazer prisioneiros portugueses nos países onde foram acolhidos por serem anti-fascistas e anti-colonialistas, sobretudo anti-colonialistas".

DECLARAÇÕES DE MIGUEL U. RODRIGUES

O nosso companheiro de Redacção Miguel Urbano Rodri-

gues, um dos nomes da "lista negra" dos Consulados, declarou-nos a respeito:

"A primeira vez que o Consulado de São Paulo me negou passaporte foi em Fevereiro de 1961. Era a primeira de uma longa série de recusas... Em Junho de 1964 apresentei-me no Consulado, a fim de solicitar passaporte para meus filhos. Fui atendido pelo então cônsul adjunto, sr. Cornélio da Silva. Esclareceu — cortezmente, assinala-se — que não podia dar-me uma resposta sem prévia consulta. Observei, que na emergência, seria inútil qualquer atitude discriminatória, pois tendo meus filhos igualmente direito à nacionalidade francesa, uma recusa de passaporte seria uma mequinha vitória, traduzida na subtração de duas unidades à população portuguesa no mundo. A resposta de Lisboa foi favorável à concessão, mas como desisti da viagem desconheço que tipo de passaporte dariam a meus filhos. A dúvida é legítima pois quase simultaneamente, à esposa e filhas de Manuel Sertório foram concedidos passaportes válidos exclusivamente para Portugal.

A última recusa que ouvi no Consulado de São Paulo verificou-se na terça-feira, dia 7 de Março. Embora todos os meus papeis estivessem em ordem, o funcionário do guichet, tão logo viu o meu nome na carteira de inscrição, negou-se a receber os documentos que lhe apresentava, atitude que só por si, invalida e ridiculariza a alegação do Consulado de São Paulo ("Jornal da Tarde" de 4 de Abril) de que a concessão de passaportes se processa regularmente, na observância do que dispõem nada menos de seis decretos-leis um dos quais define "a competência dos consulados portugueses nesta matéria". E' óbvio que só por feitiçaria, sem folhear sequer os meus documentos, poderia o funcionário do guichet considerar-me incurso em qualquer dispositivo da abundante legislação especial fascista referente a passaportes. Não me foi fornecida, aliás, qualquer explicação para tão estranha atitude. Limitou-se o rapaz que me atendera a dizer — duas vezes e abanando a cabeça — que não tinha culpa, acrescentando que deveria telefonar para uma senhora de nome Cida, no dia seguinte, a fim de saber se me seria concedido passaporte. Fiz o telefonema no dia 10, sexta-feira e a senhora em causa, lacónicamente e sem qualquer explicação, comunicou que o Consulado não me concederia passaporte."

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS



Fac-Símile de uma página do passaporte concedido ao escritor Castro Soromenho. O carimbo do Consulado, bem visível, vale por uma confissão do arbítrio: BOM SÓ PARA REGRESSAR A PORTUGAL VIA ESPANHA.

Solidariedade Mundial aos Estudantes

Organizações estudantis de todo o mundo, promoveram no dia 24 de Março, a exemplo de anos anteriores, actos comemorativos da Jornada Internacional de Solidariedade aos Estudantes Portugueses.

Para assinalar a data, a União Nacional dos Estudantes Franceses, enviou a Salazar e ao seu ministro da Educação o seguinte telegrama:

"Na oportunidade do 24 de Março, jornada internacional de solidariedade aos estudantes portugueses, reclamamos liberdade e autonomia para as Associações de Estudantes e a reintegração de todos os estudantes expulsos, bem como a libertação de JOSE BERNARDINO E CARLOS ABOIM INGLÊS, gravemente doente, e a dissolução das comissões administrativas da Associação Académica de Coimbra e da Associação da Faculdade de Ciências de Lisboa." A UNEF expediu também um telegrama, endereçado à Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, solidarizando-se integralmente com a luta travada pelos estudantes portugueses em defesa dos seus direitos.

A União dos Estudantes Portugueses em França (UEPF) enviou telegramas de teor semelhante ao ministro da Educação Nacional e à AEIST.

NA ALEMANHA

Na República Democrática Alemã realizaram-se vários actos comemorativos do 24 de Março. Em Leipzig, no Herder-Institut da Universidade Karl-Marx, foi inaugurada uma exposição de fotografias e procedeu-se a uma recolha de assinaturas para a libertação de JOSE BERNARDINO, estando

prevista uma iniciativa semelhante na Universidade Humboldt em Berlim. Em Dresden realizou-se um grande comício de solidariedade à luta dos estudantes portugueses, no campus da Universidade de Transportes. Durante o acto foi aprovada a seguinte moção, que foi depois enviada a Salazar:

"Nós, participantes do meeting realizado em Dresden, por ocasião do "24 de março, dia internacional de solidariedade para com os estudantes portugueses, exprimimos o nosso apoio aos estudantes portugueses que lutam contra a violação dos seus direitos fundamentais e pela democratização do ensino. Nós condenamos as perseguições, as torturas e as prisões dos estudantes portugueses. Nós exigimos a libertação imediata de Carlos Aboim Inglês, em perigo de vida, de José Bernardino e de todos os estudantes e democratas de Portugal presos. Nós exigimos a independência das colónias portuguesas e a instauração das liberdades democráticas em Portugal."

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Cons. Furtado, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes